



DIÁRIO

República Federativa do Brasil

DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

ANO XLV - Nº 115

SÁBADO, 15 DE SETEMBRO DE 1990

BRASÍLIA - DF

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 - ATA DA 138ª SESSÃO, EM 14 DE SETEMBRO DE 1990

1.1 - ABERTURA

1.2 - EXPEDIENTE

1.2.1 - Mensagem do Senhor Presidente da República

- Nº 186/90 (nº 670/90, na origem), restituindo autógrafos de projeto de lei sancionado.

1.2.2 - Leitura de Projeto

- Projeto de Decreto Legislativo nº 49/90, de autoria do Senador Mendes Canale, que ratifica, nos termos do art. 36 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, o Fundo Federal Agropecuário, o Fundo de Eletrificação Rural de Cooperativas e o Fundo Nacional de Cooperativismo.

1.2.3 - Requerimento

- Nº 341/90, de autoria do Senador Jutahy Magalhães, solicitando ao Ministro da

Infra-Estrutura informações que menciona.

1.2.4 - Discursos do Expediente

SENADOR MÁRIO MAIA - Baixo preço da borracha.

SENADOR JUTAHY MAGALHÃES - Irregularidade no Tribunal Regional Eleitoral da Bahia. Retomada das atividades da Companhia Siderúrgica Nacional.

Senador FRANCISCO ROLLEMBERG - Extinção da Fundação Projeto Rondon.

SENADOR NABOR JÚNIOR - Seminário que se realizará no Acre, promovido pela Confederação Nacional da Indústria, sobre a saída do Brasil pelo Pacífico.

SENADOR NEY MARANHÃO - Repúdio à invasão do Kuwait pelo Iraque.

SENADOR CARLOS PATROCÍNIO - Protesto contra o repasse às mensalidades do aumento

concedido aos professores das escolas particulares.

SENADOR LOURIVAL BAPTISTA - Homenagens prestadas aos professores José Silveira e José Rosemberg, por ocasião do Dia Nacional de Combate ao Fumo.

SENADOR ODACIR SOARES - Projeto de lei de sua autoria, dispondo sobre as atividades do garimpeiro.

1.2.5 - Leitura de projeto

- Projeto de Lei do Senado nº 166/90, de autoria do Senador Odacir Soares, que regulamenta o art. 174, § 3º e 4º da Constituição.

1.3 - ENCERRAMENTO

2 - MESA DIRETORA

3 - LÍDERES E VICE-LÍDERES DE PARTIDOS

4 - COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

EXPEDIENTE
CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL

PASSOS PÔRTO

Diretor-Geral do Senado Federal
AGACIEL DA SILVA MAIA
 Diretor Executivo
CESAR AUGUSTO JOSÉ DE SOUZA
 Diretor Administrativo
LUIZ CARLOS DE BASTOS
 Diretor Industrial
FLORIAN AUGUSTO COUTINHO MADRUÇA
 Diretor Adjunto

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL
 Impresso sob a responsabilidade da Mesa do Senado Federal

ASSINATURAS

Semestral Cr\$ 1.069,00

Tiragem. 2.200-exemplares.

Ata da 138ª Sessão, em 14 de setembro de 1990
4ª Sessão Legislativa Ordinária, da 48ª Legislatura
 Presidência do Sr. Pompeu de Sousa

ÀS 9 HORAS, ACHAM-SE PRESENTES OS SRS. SENADORES:

Mário Mata - Nabor Júnior - Odacir Soares - Alexandre Costa - Afonso Sancho - Francisco Rollemberg - Jutahy Magalhães - Hydekel Freitas - Pompeu de Sousa - Affonso Camargo.

O SR. PRESIDENTE (Pompeu de Sousa) - A lista de presença acusa o comparecimento de 10 Srs. Senadores. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O Sr. 1ª Secretário procederá à leitura do Expediente.

É lido o seguinte

EXPEDIENTE

MENSAGEM
DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Restituindo autógrafos de projeto de lei sancionado:

Nº 186/90 (nº 670/90, na origem) de 13 do corrente, relativa ao Projeto de Lei da Câmara nº 31, de 1990 (nº 2.462/89, na Casa de origem), que altera a redação do § 2º do art. 184 e acrescenta parágrafo único ao art. 240 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 - Código de Processo Civil.

(Projeto que se transformou na Lei nº 8.079, de 13 de setembro de 1990.)

O SR. PRESIDENTE (Pompeu de Sousa) - O Expediente lido vai à publicação.

Sobre a mesa, projeto que será lido pelo Sr. 1ª Secretário.

É lido o seguinte

PROJETO DE DECRETO
LEGISLATIVO Nº 49/90

Regifica, nos termos do art. 36 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, o Fundo Federal Agropecuário, o Fundo Geral do Cacau, o Fundo de Eletrificação Rural de Cooperativas e o Fundo Nacional de Cooperativismo.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º São ratificados nos termos do art. 36 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, o Fundo Federal Agropecuário - FFAP, instituído pela Lei Delegada nº 8, de 11 de outubro de 1962, o Fundo Geral do Cacau - Fungecau, criado pelo Decreto nº 86.179, de 6 de julho de 1981, o Fundo de Eletrificação Rural de Cooperativas - FUER, instituído pelo Decreto nº 67.052, de 13 de agosto de 1970, e o Fundo Nacional de Cooperativismo - Funacoop, instituído pelo

Decreto-Lei nº 59, de 21 de novembro de 1966.

Art. 2º Este documento legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

O art. 36 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias determina que: "os fundos existentes na data da promulgação da Constituição, excetuados os resultantes de isenções fiscais que passem a integrar patrimônio privado e os que interessem à defesa nacional, extinguir-se-ão, se não forem ratificados pelo Congresso Nacional no prazo de dois anos".

2. A execução de medidas de política agrícola atribuídas ao Ministério da Agricultura e Reforma Agrária requer a manutenção de quatro fundos especiais de natureza contábil, consignados no Orçamento Geral da União em 1990 (Lei nº 7.999, de 31 de janeiro de 1990) e no Projeto de Lei nº 19, de 1990, que estima a Receita e fixa a Despesa para 1991.

3. O Fundo Federal Agropecuário - FFAP, destina-se a incentivar a ação dos serviços técnicos encarregados dos trabalhos de pesquisa, experimentação, assistência técnica, promoção e organização rural, com vistas a ganhos de produtividade agropecuária no País,

além de contribuir para o custeio dos serviços de inspeção e fiscalização industrial e sanitária, de classificação de produtos de multiplicação de reprodutores de alto valor zootécnico e de combate a doenças e pragas.

Os recursos do FFAP procedem de receitas de taxas cobradas por aquele Ministério pela prestação de serviços, de rendas próprias de qualquer natureza e de multas impostas decorrentes de atividades de fiscalização e inspeção.

4. O Fundo Geral do Cacau - Fungecau, administrado pelo Secretário-Geral da Comissão do Plano de Lavoura Cacaueira - Ceplac, viabiliza os recursos para o desenvolvimento da cacauicultura nacional e de suas regiões produtoras, detendo, como receitas básicas dotações consignadas no Orçamento Geral da União, resultados financeiros das atividades da Ceplac, doações, auxílios e subvenções de entidades públicas ou privadas, nacionais ou estrangeiras, taxa de contribuição cambial sobre o valor das exportações de cacau, além de outras receitas.

5. O Fundo de Eletrificação Rural de Cooperativas - FUER, gerido pelo Ministério da Agricultura, objetiva a alocação de recursos para investimentos em eletrificação rural, segmento de importância inconteste para o desenvolvimento agropecuário.

6. O Fundo Nacional de Cooperativismo - Funacoop destina-se a prover recursos de apoio às atividades cooperativas e ao desenvolvimento do sistema cooperativista nacional, sendo suprido por dotações orçamentárias, juros e amortizações dos financiamentos realizados com seus recursos, doações, legados e outras rendas eventuais.

7. Os Fundos que a presente iniciativa intenta ratificar são essenciais para garantir a operacionalização de serviços técnicos do Ministério da Agricultura e Reforma Agrária em apoio à expansão agropecuária; o desenvolvimento da cacauicultura, o suporte à eletrificação rural e ao setor cooperativista no Brasil. Assim sendo, esperamos contar com o habitual apoio dos eminentes membros desta Casa para o rápido disciplinamento da matéria.

Sala das Sessões, 14 de setembro de 1990. - Senador Mendes Canale.

(À Comissão de Assuntos Econômicos.)

O SR. PRESIDENTE (Pompeu de Sousa) - O projeto lido será publicado e remetido à comissão competente.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário.

É lido o seguinte

REQUERIMENTO Nº 341, DE 1990

Nos termos do disposto no art. 50, § 2º, da Constituição, combinando com os arts. 215, I, e 216, I, do Regimento Interno do Senado Federal, requerio seja encaminhado ao Ministro da Infra-Estrutura pedido de informações sobre:

"Os efeitos da contenção dos aumentos dos preços públicos para as empresas de energia elétrica e para a Petrobrás."

Justificação

O acompanhamento da política de tarifas públicas do Executivo é de suma importância na conjuntura atual do setor energético nacional.

O setor de energia elétrica depende de vultosos investimentos para a manutenção e recuperação de linhas de transmissão que se encontram em estágio crítico.

O mesmo ocorre em relação ao setor petrolífero, cabendo lembrar que, pela contenção de investimentos nesse setor, a nossa auto-suficiência em petróleo se mantém nos mesmos níveis de 1985.

Como compatibilizar a política de contenção dos aumentos dos preços públicos, com a necessidade crescente de novos investimentos?

Estas as razões que julgamos bastantes para apresentação do presente Requerimento de Informação que espero seja aprovado pela Mesa do Senado Federal.

Sala das Sessões, 14 de setembro de 1990. - Jutahy Magalhães.

O SR. PRESIDENTE (Pompeu de Sousa) - O requerimento lido será submetido ao exame da Comissão Diretora.

Há oradores inscritos.

Concedo a palavra ao nobre Senador Mário Maia.

O SR. MÁRIO MAIA (PDT - AC. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Srs. Senadores, nestes últimos tempos, mais precisamente desde o dia 15 de março, venho

dedicando grande parte do meu tempo a buscar soluções para a grave questão da produção de borracha na região Norte, especificamente a produção referente à borracha nativa, que desde sempre germinou no interior da floresta.

Como é do conhecimento de todos os Srs. Senadores, o setor da indústria de pneumáticos e de artefatos de borracha configura um dos maiores cartéis, organizado sob a forma de um poderosíssimo oligopólio, composto de umas poucas grandes indústrias multinacionais. Esse oligopólio faz o mercado, determina os preços, estabelece os prazos, compra quando quer e paga também quando é de seu interesse.

Assim, Srs. Senadores, no Brasil está acontecendo o contrário do que ocorre no restante do mundo, onde a política de produção de borracha obedece a leis mais humanas e mais coerentes com sua realidade econômica e social. Em todo o mundo, indústria financia aos usineiros, aos seringueiros e aos seringueiros; no Brasil, se dá o contrário. Os produtores vendem seus produtos aos industriais, sob preço vil, e ainda dão um enorme prazo para receber o pagamento. É assim ou não conseguem vender seus produtos; é o cartel unido, em detrimento do infeliz seringueiro, e pequenos produtores, que não têm onde ou a quem vender seus produtos fora da indústria de borracha.

Esses industriais freqüentam os refrigerados gabinetes de Brasília, os quais o pobre seringueiro não tem acesso. Nesses gabinetes, são decididos os destinos de milhares de famílias de seringueiros, através do estabelecimento de regras de produção e cultivo e de políticas de preços. Sempre e de comum acordo com esses grandes empresários, protegidos por um manto de impunidade antigo e muito eficaz.

Tenho aqui em mãos um caso exemplar. Refiro-me ao acontecido com o Sr. Francisco Turiano de Farias, um dos mais antigos e respeitáveis seringueiros da região amazônica, em especial do Acre. O Sr. Francisco Turiano, velho amigo do orador que no momento ocupa a tribuna do Senado, mantém sob sua responsabilidade o sustento de 1.800 pessoas, ou cerca de 300 famílias que vivem e trabalham em vastos seringaais nativos da região de Tarauacá município existente nos adentrados da floresta acreana. Esse sustento não se refere somente a alimentos; abrange remédios, roupas, apa-

relagem doméstica, alimentos e tudo mais que existe para consumo familiar no seringaí.

Pois bem, o Sr. Francisco Turiano, como faz há mais de vinte anos, solicitou e recebeu financiamento para custeio da safra de borracha, no valor de Cz\$ 68.000,00, em junho de 1989, com vencimento em 30 de abril de 1990. Em março deste ano, o meu amigo Francisco Turiano foi informado de que o seu débito, de 68 mil cruzados, já tinha atingido a espantosa cifra de dois milhões e noventa mil cruzados. Isto correspondia a uma inflação de mais de três mil por cento em um período inferior a doze meses. Contudo isto, Turiano fez as contas e concluiu que ainda era possível pagar a dívida.

Porém, Sr. Presidente, no curto período de 27 de março a 30 de abril, o impossível aconteceu: com o Plano Collor, o enxugamento do dinheiro existente no mercado, desapareceu também todo comprador de borracha. Os seringalistas ficaram com o seu produto estocado por sessenta dias. E, nesse meio tempo, os bancos acrescentaram ao débito o IPC de março - 84,32%, mais o IPC de abril - 44,80%, com os preços da borracha não apenas congelados, mas retroagidos ao valor de novembro de 1989, uma verdadeira loucura do Governo!

Com muito esforço, o governo reconheceu, com a nossa interferência, parte do absurdo e cancelou a portaria que retroagia o valor da borracha a novembro do ano passado. Mas, isto é apenas parte do problema, pois, o que em março deste ano era pagável com 14 mil quilos de borracha, dois meses depois, apenas 2 meses depois, Sr. Presidente, Srs. Senadores, exigia 40 mil quilos. Para pagar a mesma importância, isto é: faliram todos os seringalistas da região amazônica. Faliram ou estão prestes a isto. Não existe gerência administrativa que suporte desafios dessa natureza. Não existe fórmula econômica que possa enfrentar tal desmandando na política de produção de borracha. Infelizmente, o quadro nos seringaís da amazônica é dramático, quase trágico, não existem soluções à vista e muito menos a curto prazo; o governo, em sua morosidade, permanece insensível ao problema e os seringueiros sendo demitidos em massa, agregando-se a parentes nas pequenas cidades do interior do Estado ou da capital, engrossando, assim, os números da triste estatística social do Brasil.

O problema dos seringueiros e seringalistas vem ocupando grande parte do tempo deste Senador. Mais o ar refrigerado dos gabinetes de Brasília parece ter congelado a alma dos jovens burocratas do Governo.

Evidentemente existem algumas honrosas exceções para as quais, aqui, já tive oportunidade de me referir mas o que vemos é uma intolerável indiferença. Talvez devido ao desconhecimento do problema. Talvez seja aquela superioridade típica dos intelectuais tecnocratas, como se fossem homens sábios que prescindem do convívio e da cultura dos povos humildes. Ainda não atinei com o porquê de tanta omissão e indiferença. Mas o problema, não apenas dos povos da Amazônia e sim de maneira geral, é que todos os povos humildes deste nosso Brasil está à mercê da própria sorte.

A solução para o caso do Sr. Francisco Turiano é até simples. Basta que o Basa esqueça o IPC de março e abril. O Basa argumenta que esta solução tem que ser autorizada pela Srª Ministra da Economia, Fazenda e Planejamento. Acontece que a poderosa Ministra não fala com um simples e modesto Senador, principalmente um Senador provinciano, lá no sertão brasileiro. Muito embora este Senador tenha sido eleito pelo povo. Quem sabe a Ministra desconheça este fato?

O trágico resultado de todo esse processo será fatalmente o êxodo do seringueiro para a periferia de Rio Branco e de outras cidades do interior do meu Estado. Será a falência do usineiro e do seringalista e do seringueiro. Será a devastação da floresta, pois o seringueiro é a última trincheira, é o guardião da preservação da Floresta Amazônica. A ele interessa a manutenção da seringueira e da castanheira, pois são essas árvores seculares que lhes dão o sustento para suas famílias. O seringueiro é um agricultor de subsistência, é um coletor, é um extrativista, tem pequenas criações, inofensivas ao meio ambiente. O seringueiro não usa fertilizantes e nem agrotóxicos.

Tudo isto vai acabar no meu Acre. Este processo será, sem dúvida, a maior agressão sofrida pela floresta. O Governo Collor, pela eternidade, certamente será responsabilizado por isto, por esse crime, por esse genocídio. E perante este dramático quadro de futuro imediato sombrio, as autoridades continuam a esperar por um quem sabe, ou um talvez, ou ainda um sem dúvida. É isto o

que se ouve. É isto o que eles sabem dizer com as sombrancelhas arqueadas. Ações efetivas, nada! Soluções para curtíssimo prazo, restam apenas interrogações cheias de dúvidas. As esperanças vão se esvaindo e os problemas, crescendo.

A dívida do meu amigo Turiano, velho guerreiro das florestas acreanas, e de todos os seringalistas e usineiros da Amazônia está se avolumando e, já, agora, atingiu níveis impagáveis. Onde vamos parar? Pergunto, Sr. Presidente, Srs. Senadores, qual será a solução? É difícil trabalhar com quem se acha acima dos pobres e mortais humanos. Na verdade, às vezes, eu até penso que o primeiro escalão do Governo se confunde com Deus. Quando esta comparação obviamente não for humilhante para essas pessoas.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Pompeu de Sousa) - Concedo a palavra ao nobre Senador Jutahy Magalhães.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES (PSDB - BA. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Srs. Senadores, falarei sobre dois assuntos: o primeiro, o problema do TRE do meu Estado. Já tive oportunidade aqui, por várias vezes, de apresentar fatos que vêm ocorrendo nesse Tribunal Regional Eleitoral.

Anteontem, o Governador da Bahia, tendo ao lado o candidato a governador da coligação, Dr. Roberto Santos, o candidato ao Senado - Deputado Joaci Góes, o Presidente do PMDB da Bahia, todos eles sob a guarda do Presidente Nacional do PMDB - Deputado Ulysses Guimarães, estiveram no TSE, solicitando providências.

Sr. Presidente, o mais absurdo, somente para aqueles que não conhecem o que vem ocorrendo no meu Estado, é que eles solicitaram a intervenção do TSE no TRE baiano. Apresentaram as denúncias, os fatos que vêm ocorrendo na Bahia. E o Presidente do TSE mostrou-lhes as dificuldades relativas a essas denúncias, visto ser um caso inusitado, pois pela primeira vez ocorria um pedido desse tipo. Mas de imediato tomo a providência de enviar à Bahia o Corregedor da Justiça eleitoral, que in loco verificará se as denúncias têm procedência ou não, porque não é mais possível; é uma questão de justiça. Todos nós respeitamos a Justiça, mas não podemos mais aceitar o que vem ocorrendo no nosso Estado. Já

é irritante. Não podemos ter mais a paciência de admitir até as injustiças cometidas, porque já está irritando todo mundo. Parece que até a própria população já não aceita o que aí está.

Por isso, Sr. Presidente, eu queria trazer, para constar dos anais, este pedido, inusitado no Brasil, de intervenção no Tribunal Regional Eleitoral. Acredito que não ocorreu fato idêntico em lugar nenhum do País. Vamos ver o resultado das apurações, vamos ver até onde chegarão os senhores. Não digo todo o Tribunal, porque não é todo o Tribunal Regional Eleitoral da Bahia, mas principalmente o Presidente do Tribunal, Dr. Luís Pedreira, que agora, por último, vai utilizar o tempo determinado aos Tribunais Regionais Eleitorais, neste período eleitoral, para reagir, segundo ele, às acusações que vem recebendo por parte dos opositores ao Sr. Antônio Carlos Magalhães.

Não tenho exatamente o número, não garanto, mas, de aproximadamente 35 pedidos da Aliança que apóia o ex-Ministro das Comunicações para a utilização do horário dos adversários para resposta a supostas agressões, o Tribunal apenas indeferiu três. Dos diversos pedidos para a utilização do horário pela coligação PFL/PDS/PTB, em resposta a agressões também, nenhum foi deferido.

O Dr. Waldir Pires, ex-Governador, fez uma dessas solicitações. Vendo que as solicitações dos adversários são atendidas em 24 horas, esperou dez dias e, então, fez algumas críticas à demora. Então, alguns membros do Tribunal Regional Eleitoral consideraram-se impedidos para julgar a solicitação do Dr. Waldir Pires, porque teriam sido acusados e ofendidos por S. Ex^a. Curiosamente, logo em seguida, eles não se consideraram impedidos para julgar contra o Dr. Waldir Pires numa solicitação feita pelo Sr. Antônio Carlos Magalhães.

Sr. Presidente, este é apenas um exemplo. Já citei aqui outro, curioso, que foi sanado pelo TSE. Vou repeti-lo, para

constar, mais uma vez, dos Anais, se alguém quiser ouvir.

O Sr. João Alves de Almeida, Deputado da coligação do PFL, é conhecido por todos nós, já há seis Legislaturas, como João Alves. Na Bahia ele é conhecido por João Alves, mas há um Deputado Estadual João Almeida, que agora vai concorrer à Câmara Federal por outro Partido.

O Tribunal, que já havia deferido a solicitação, a inscrição João Almeida, o verdadeiro João Almeida, modificou esta decisão, para considerar que todos os votos dados a João Almeida fossem computados para João Alves, porque em eleição passada ele já havia solicitado - não havia nenhum João Almeida - que também fosse considerado João Almeida.

Logicamente, o candidato prejudicado procurou outra forma e quis registrar "JA", que são as iniciais do seu nome, João Almeida.

Veja V. Ex^a, o Tribunal decidiu que quem tinha direito ao "JA", colocar como uma das opções para serem computados os votos, era Eujácio, porque no meio do nome havia um "já", que, por coincidência, faz parte da coligação do Sr. Antônio Carlos Magalhães.

É lógico, Sr. Presidente, que não havia mais condições de suportar isso. Então, esse grupo de pessoas, de políticos liderados pelo Governador do meu Estado, foi à presença do Presidente do Tribunal Superior Eleitoral. Aguardamos confiantes que S. Ex^a tome as devidas precauções, para evitar que, no pleito, na apuração, outros fatos venham a ocorrer. Por enquanto, fico na esperança.

Sr. Presidente, leio uma carta que recebi sobre fato que deve estar ocorrendo no Brasil afora e que me chamou a atenção. É solicito ao Dr. João Santana, que aqui já esteve para verificar casos idênticos a estes. A carta diz o seguinte:

Remet.: Arilton Afonso de Queiroz

End.: Av. Beira Lago, 751, Remanso - Bahia.

Ao Exm^a Sr.

Dr. Jutahy Magalhães

DD. Senador da República

Eu, Arilton Afonso de Queiroz, 23 anos, ex-funcionário concursado para Inspetor de Saneamento na Fundação Sesp/MS, lotado em Bom Jesus da Lapa - BA, solicito com gentileza a re-admissão, pois, saí por espontânea vontade para atender à convocação da Caixa Econômica Federal (em 14-3-90), a qual também tinha sido aprovado em concurso público, mas, infelizmente fui demitido sem justa causa (em 19-6-90).

Tal situação trouxe conseqüências desastrosas para minha vida. Digo que, com dignidade e muita luta, fui aprovado em concursos como exemplo da CEF e o do Sesp. Por isso, como arrimo de família, órfão de pai, peço meu retorno ao meu antigo emprego na Fundação Sesp/MS, onde tinha direitos e deveres respeitados.

Afirmo que minha vaga na Fundação ainda não foi preenchida, na qual estava para fazer inspeção de saneamento em mais de dez municípios, serviço estratégico na administração federal.

Aguardo com ansiedade, urgência e convicto que, com vosso apoio, retornarei a meu emprego.

Aproveito o ensejo para externar todo o meu respeito, apoio e admiração.

PS: Suplico por meu retorno à Fundação, pois não posso pagar preço tão alto por erros dos quais não somos co-autores.

Telefone para contato imediato: (075)/835-1344.

Atenciosamente:

Anexo: Cópias da carteira de trabalho.

ofélia/sérgio

14-9-90

CONTRATO DE TRABALHO

Empregador: Unidade de Serviços de Saúde de Sullia

COCME: 336.543.02/10.891-05

Rua: Traca. Alameda. Sullia Nº: 115

Município: Sullia Est.: Bahia

Esp. do estabelecimento: Inf. de Sullia

Cargo: Emprego de Sullia

CBO n°:

Data admissão: 25 de maio de 1989

Registro n°: 2141 Fis./Ficha:

Remuneração especificada: R\$ 1.381,24 (vinte e um mil e oitenta e duas reais e quarenta e quatro centavos)

Ass. do empregador ou a cargo c/est.: Fundação Serviços de Saúde Pública

Com. Dispensa CD N°:

ANOTAÇÕES CERAIS

(Atenção do médico, alteração do contrato de trabalho, registros profissionais e outras anotações autorizadas por lei)

25.05.89, Carta de convocação de concurso público de acordo com Edital 85-SP-0189, publicado no D.O.U. Sec. I, de 25/05/89, Edital de homologação 85-SP-NR-04, publicado no D.O.U. Sec. I, de 27/05/89 e Edital de Admissão NR-06/89, publicado no D.O.U. Sec. II, de 27/05/89.

Fundação Serviços de Saúde Pública

37

FGTS — Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (LEI Nº 5.107/86 REGULAMENTADA PELO DEC. Nº 59.820/86)

OPÇÃO RETRATAÇÃO

25 / 01 / 90

Banco depositário: do Brasil S/A

Agência: diq - diq

Praca: diq - diq Estado: Bahia

Empresa: Unidade de Serviços de Saúde de Sullia

Ass. do empregador ou a cargo c/est.: Fundação Serviços de Saúde Pública

OPÇÃO RETRATAÇÃO

14 / 03 / 90

Banco depositário: Caixa Econômica Federal

Agência: Brasília

Praca: Brasília Estado: Dist. Federal

Empresa: Caixa Econômica Federal

Ass. do empregador ou a cargo c/est.: Ger. Núcleo - Mat. 242402-6

14

CONTRATO DE TRABALHO

Empregador: Caixa Econômica Federal

Filial: Bahia

COCME: 00-50309/0064-98

Rua: Vivaldo Damasceno Nº: 21

Município: Salvador Est.: Bahia

Esp. do estabelecimento: Empresa Pública

Cargo: Escriturário Rq. 18

CBO n°:

Data admissão: 14 de março de 1990

Registro n°:

Remuneração especificada: Salário Padrão de R\$ 3.397,00 (Três mil e trezentos e noventa e sete reais)

Ass. do empregador ou a cargo c/est.: CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

Com. Dispensa CD N°:

Ele tem esperança de que eu consiga esse pleito, e sei que não tenho condições para conseguir. Mas trago aqui ao conhecimento de V. Ex^{as}, esse caso. Um funcionário concursado, que há vários anos vinha exercendo a sua função, com dignidade e eficiência, no Sesp, atendendo à convocação de outro concurso ao qual ele se havia submetido para melhorar o nível, inclusive do seu salário, sai desse emprego para atender a outro concurso. Três meses depois de sair do emprego e ser admitido na Caixa Econômica Federal, foi sumariamente demitido, sem justa causa, sem nenhuma motivação, a não ser essa preocupação no corte linear de 30% das despesas com pessoal.

Sr. Presidente, acredito que muitos outros casos idênticos estejam ocorrendo neste País. Acredito que, se houver o mínimo de preocupação com a questão social, o Sr. João Santana e seus auxiliares examinarão este caso. Solicito aos assessores parlamentares que fazem parte da equipe do Sr. João Santana não fiquem apenas preocupados em assistir às sessões, mas tomem conhecimento desta carta e a levem ao conhecimento do Sr. João Santana, para que S. Ex^a decida sobre um caso concreto, para ver se assim se consegue evitar uma injustiça entre muitas e milhares de outras que estão sendo praticadas neste País.

Este é o encaminhamento que posso fazer nessa questão; solicitar ao assessor parlamentar ligado à Secretaria de Modernização e Reforma Administrativa leve este assunto ao conhecimento do Sr. João Santana.

Sr. Presidente, para encerrar, vou encaminhar à Mesa um pronunciamento que é bastante longo e vou pedir desculpas à taquigrafia pelo trabalho que venho dando nos últimos dias, mas vai ficar livre de mim por quase um mês. Vou descansá-la. Hoje pretendo ir à Bahia para me envolver na questão sucessória e só voltarei depois da eleição. Portanto, à taquigrafia muito obrigado pelo trabalho que tem tido comigo. Sei que tenho, realmente, dado trabalho a todos, mas também sei da eficiência da taquigrafia, sei que os taquígrafos têm ajudado muito os trabalhos na nossa Casa, isto reconhecemos.

O Sr. Chagas Rodrigues — Permite-me V. Ex^a um aparte, nobre Senador Jutahy Magalhães?

O SR. JUTAHY MAGALHÃES — Com muito prazer, nobre Senador Chagas Rodrigues.

O Sr. Chagas Rodrigues — Nós, de um lado, lamentamos muito a ausência de V. Ex^a, que é um dos Senadores mais assíduos e realiza um trabalho realmente profícuo nesta Casa. Mas V. Ex^a, também, tem o direito de participar da campanha e de se ausentar durante algum tempo. Lamentamos sua ausência, esperando consiga realizar no seu Estado todo os seus objetivos. Temos, também, a esperança de que, com a presença de V. Ex^a, alguns dos Srs. Membros do Tribunal Regional da nossa Justiça Eleitoral tenham um pouco mais de responsabilidade na maneira de conduzir os assuntos eleitorais.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES — Agradeço a V. Ex^a a manifestação. Realmente, vou, de início, fazer uma gravação num programa de televisão gratuito. Espero que isso não sirva para que haja outro perdido de tempo no nosso programa, porque não é nossa intenção... Pelo contrário.

Vou procurar, na política de meu Estado, nessa fase final da campanha, mostrar que não interessam os assuntos pessoais, mas que devemos tratar as questões políticas objetivamente, mostrando a farsa existente até hoje na campanha. Mas, como qualquer tipo de crítica é considerado ofensa, espero que o tribunal passe a julgar com seriedade essas questões.

Por isso, Sr. Presidente, vou encaminhar à Mesa este pronunciamento e peço seja considerado como lido. (Muito bem!)

É O SEGUINTE O DISCURSO A QUE SE REFERE O SR. JUTAHY MAGALHÃES:

Sr. Presidente, Srs. Senadores, após 31 dias de paralisação, 22 mil metalúrgicos da Companhia Siderúrgica Nacional — CSN, de Volta Redonda, retornaram ao trabalho, quase que de mãos vazias, com reajustes insignificantes, se comparados aos 166 por cento que pleiteavam, referentes à inflação de março e abril últimos, e o cumprimento do acordo coletivo do ano passado e de outros direitos trabalhistas, líquidos e certos, que a Justiça do Trabalho já havia mandado pagar desde ao ano passado. A CSN, em estado de insolvência, com uma dívida de 2,6 bilhões de dólares, teve, com a paralisação, com a greve, uma perda de faturamento de 170 milhões de dólares, e um prejuízo de 45 milhões de

dólares, deixando de produzir, diariamente, sete toneladas de aço, o equivalente a 5 milhões de dólares. Mesmo assim, Volta Redonda deverá faturar, este ano, cerca de 1 bilhão de dólares.

Mas, Sr. Presidente, o que está realmente havendo com Volta Redonda, a maior e mais moderna usina siderúrgica da América Latina e uma das dez mais modernas siderúrgicas do mundo? Por que a maior usina de folha de flandres do mundo está em situação tão difícil? Como e por que se chegou a este ponto? Quais foram as causas que levaram a Usina Presidente Vargas a este grau de endividamento, a este estado deficitário? Qual tem sido o comportamento desse estropiado Governo que aí está e dos gêmeos que o antecederam, em relação a Volta Redonda, orgulho nacional, exemplo do talento, da competência, do trabalho brasileiro? Com este pronunciamento, convido o Plenário a refletir e a discutir comigo essas questões, que têm intrigado a Nação e se derramado nas páginas de jornais e revistas do País.

Com grandes dificuldades, valendo-se de recursos externos, barganhados durante as alianças que o Brasil fez durante a Segunda Grande Guerra, contando com grande apoio interno sob as bandeiras da soberania e independência nacionais, e perseguindo uma política de desenvolvimento que libertasse o Brasil da miséria e da dependência crônica em que vivia, o Presidente Getúlio Vargas criou, em 1941, a Companhia Siderúrgica Nacional, que foi, especialmente durante as décadas de 40, 50 e 60, fonte e base de todo o nosso desenvolvimento econômico-industrial, e projetou, definitivamente, o País como dono do parque industrial que temos hoje. A CSN é, sem dúvida, o marco da fundação da indústria pesada brasileira. Erguida, configurou-se em uma típica *company town*, construiu uma bela cidade operária, planejada nos seus aspectos urbanos, ecológicos, sócio-cultural e econômico, que nasceu, cresceu e vive em função da Usina, assim como toda uma região. Atualmente, às vésperas do seu cinquentenário, subtraindo-lhe as últimas demissões, nela trabalham 25 mil pessoas. A CSN é responsável por 300 mil empregos diretos e indiretos. Com um patrimônio de 6,5 bilhões de dólares (Cr\$ 402 milhões), a CSN é a única empresa a abastecer o mercado nacional com folhas para embalagens metálicas, usadas pela indústria alimentícia. Esta,

por sua vez, é responsável por outros 100 mil empregos. A CSN produz 1 milhão de toneladas de folha-de-flandres por ano, o que a distingue como a maior usina de folha-de-flandres do mundo. Volta Redonda, é, ainda, responsável por um décimo do Impostos sobre Circulação de Mercadorias e Serviços que o Estado do Rio de Janeiro arrecada, constituindo-se o segundo recolhedor do ICMS do Estado, atrás somente da Petrobrás. E a sua conta de energia elétrica representa 1/4 do faturamento da Light. A CSN possui também minas de carvão em Santa Catarina e reservas de minério em Conselheiro Lafayette, Minas Gerais, que abastecem, com matérias-primas, a Usina Presidente Vargas. Há quase cinquenta anos que a CSN possui os mais modernos equipamentos para a indústria siderúrgica do País.

Sr. Presidente, apesar dos pesares, da má administração, do endividamento imenso, falta de capital de giro, empreguismo e outras mazelas, está provado que a CSN é uma empresa extremamente viável, possui o maior e mais moderno parque industrial, de equipamentos, da América Latina. Ela tem e continuará tendo uma importância fundamental no desenvolvimento brasileiro, uma função sócio-econômica insubstituível para o Estado do Rio de Janeiro. Enfim, é um patrimônio do Brasil, do povo brasileiro, que, neste momento de crise, de insolvência a curto prazo, não pode ser desprezado ou objeto criminoso e mórbido de sucateamento, de simples e veloz alienação, autoritária e sigilosa. Se houve desvios, empreguismo, corrupção, em consequência de más gestões, de irresponsáveis administrações, vamos à apuração, aos inquéritos, às responsabilidades, às punições, às correções, visando ao saneamento total da empresa e à retomada da sua produção e da sua produtividade, tradicionalmente exemplares. E, Sr. Presidente, infelizmente tudo isto ocorreu. E por que e como se deu esse processo de endividamento progressivo da CSN?

Após a fase de construção e consolidação do parque industrial brasileiro, a CSN passou, nas décadas de 70 e 80, a exportar grande parte de seus produtos e também a vendê-los ao mercado interno, com volumosos subsídios governamentais, beneficiando muitos cartéis, especialmente as filiais da indústria automobilística estrangeira, instaladas no País. Em abril passado, o ex-Governador Leonel Brizola já

denunciara: "os governos afundaram a CSN, paralisando investimentos e subsidiando preços para os grandes grupos industriais". Os problemas administrativos, gerenciais e financeiros da companhia começaram nas últimas décadas, com a implantação de políticas burras e suicidas de investimentos e de preços, aliadas à ação perniciosa de sucessivos governos que usaram a empresa como instrumento de manobras e de dividendos político-eleitorais, indicando diretores, transformando a CSN em território fértil para o clientelismo e o empreguismo, afora os fragorosos erros de gerenciamento e de corrupção, nos contratos de compra e venda e nos de endividamento externo. A situação econômico-financeira da estatal é basicamente resultado da política de preços que o Governo impôs ao setor de aços planos, durante a década de 80. Há mais de uma década que os preços do aço estão defasados.

Após todos os desmandos e crimes cometidos pelo último Governo contra a Companhia Siderúrgica Nacional, o pior ainda estava para acontecer. O Governo Collor, promotor insuperável da recessão, do desemprego e das transgressões constitucionais, recordista em confiscar os bens dos cidadãos, audacioso em seus planos para sucatear e entregar os bens e as riquezas nacionais — o Governo Collor e seu plano vieram perpetrar os golpes de misericórdia, dar a formidável punhalada, na Companhia Siderúrgica Nacional. Quer saneá-la, isto é, demitir, desestruturá-la, fragilizá-la, pulverizá-la... para, em seguida, fechá-la ou vendê-la a grupos privados, certamente estrangeiros. A tática faz parte da estratégia da privatização, que o atual Governo parece crer que é panacéia para todos os problemas do Estado de um país subdesenvolvido, riquíssimo e endividado, invadido e dependente, com 75 por cento de sua população pobre, grande parte miserável, analfabeta, faminta, subnutrida, sem teto e sem chão, doente, sem escola, sem esperança. Essa idéia da privatização generalizada, como remédio para tudo que é público e não é eficiente ou não é rentável, triunfo de caduco e perverso liberalismo, que hoje nenhum capitalismo admite, é a pílula dourada com que a Direita, cada vez mais forte e dissimuladora, com o apoio dos oligopólios da comunicação, tenta atrair as massas de trabalhadores, seduzir a classe média e as elites intelectuais que não têm capital.

Adiante, vamos fazer dos planos do Governo Collor para o Brasil, sucateamento das instituições públicas, internacionalização da nossa economia, entrega das empresas estatais, das nossas riquezas, um jogo de cartas marcadas para certos grupos preferenciais, amigos do peito. Voltemos ao processo que tenta destruir a Companhia Siderúrgica Nacional, forjar a sua inviabilidade, para, depois, fechá-la, ou entregá-la ao capital privado.

Vamos, Sr. Presidente, descrever os principais passos dessa estória diabólica, que, efetivamente, começou em governos anteriores e culminou no Governo Sarney, já entorpecido pela privatização a qualquer custo, como única saída para a produção e a produtividade. Corrupção, intermediação nos contratos, favorecimentos e outras tramóias praticadas pela gestão passada são, agora, denunciadas pela atual Diretoria da CSN. Porém, o tiro de misericórdia, a punhalada fatal em Volta Redonda foi dada em abril passado, quando aconteceu a revisão orçamentária do setor siderúrgico estatal. Enquanto a média de reajustes concedidos às siderúrgicas estatais foi de 237 por cento, a CSN foi contemplada com apenas 12 por cento. A Açominas e a Usiminas, empresas que estão se beneficiando com a desestruturação de Volta Redonda e cuja privatização já foi anunciada pelo Governo — estas, Sr. Presidente, tiveram — pasmem Srs. Senadores! — 370 e 290 por cento, respectivamente, a mais de recursos nos seus orçamentos. Isto se explica, está claro, pois a Açominas e a Usiminas são, com o sucateamento da Usina Presidente Vargas, as "herdeiras naturais" das atividades hoje desenvolvidas exclusivamente por Volta Redonda. O objetivo é retirar Volta Redonda do mercado. As autoridades do Governo já providenciam a transferência de algumas linhas de produção da CSN para outras usinas. Na semana passada, o próprio Secretário de Minas e Metalurgia informava que a paralisação da CSN provocará "crescimento atípico" na demanda por produtos da Usiminas e da Cosipa e que consumidores de aços galvanizados e de folhas-de-flandres, produtos exclusivos de Volta Redonda, estavam se abastecendo no exterior. É o País, Sr. Presidente: o Brasil, com o aniquilamento de Volta Redonda, passa a importar aço.

Mas as insólitas importações já aconteciam no final do Governo Sarney. No ano passado, 600 mil toneladas de aço plano

foram compradas no exterior. Essas compras serviram para comprovar a determinação do Governo Sarney de sufocar gradativamente a CSN, enquanto favoreciam a expansão de outras empresas, especialmente a Usiminas, considerada por Sarney e, agora, por Collor, "a empresa modelo do setor", e que, nos próximos dias, será privatizada. A Usiminas foi escolhida para receber a linha de zincagem, hoje exclusiva da CSN. Enquanto isto, a Açominas, finalmente, instalará o laminador adquirido pelo Governo Geisel por 400 milhões de dólares, e até hoje sem uso.

O esvaziamento de Volta Redonda é um plano que já vinha sendo executado pelo Governo Sarney e que, agora, recebe no Governo Collor, seus golpes decisivos. O ex-Diretor da Usina, de 1985 a 1989, Alexandre Leal, denunciou recentemente, pela imprensa, o plano maquiavélico. Segundo ele, desde que assumiu o cargo, percebera as intenções do Governo e "o momento culminante desse processo ocorreu quando a extinta Siderbrás decidiu absorver as dívidas totais da Açominas e da Companhia Siderúrgica de Tubarão (CST), preparando, em seguida, pesados investimentos para integrar a laminação à produção de placas de aço e de outros produtos menos nobres". Para o ex-Diretor, essa decisão não tinha lógica, porque o aumento da CSN e da Cosipa, tradicionais produtores fabricantes de laminados, requereriam poucos recursos, apenas para atualização tecnológica.

Os preços dos produtos siderúrgicos continuaram defasados e a CSN não recebia os créditos do exterior. Por outro lado, a demanda internacional não cresceu em função da descoberta de novas matérias-primas. Com isto, Volta Redonda e as outras empresas que não receberam investimentos ou aportes da União começaram a sofrer. Açominas e Tubarão não tinham problemas, acudidas pela Siderbrás, e a Usiminas teve a sua dívida consolidada pelo BNDES. Agravaram-se as dificuldades de Volta Redonda, mas o Governo se omitia, "dava de ombros", não procurava soluções. Hoje, se anuncia pela imprensa a transferência de atividades de Volta Redonda para outras usinas que, fortalecidas e donas de alguns monopólios, serão vendidas ao capital privado. Mas isto, Sr. Presidente, exige, como todos sabem — e a imprensa não declara —, altos investimentos para a compra e instalação de equipamentos, que, certamente, será feita com as conseqüentes

encomendas a empreiteiras, às quais o Governo deve, além do custo social imenso que dessas operações adviriam: o desemprego de milhares de trabalhadores.

O Presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Volta Redonda, Wagner Barcelos, já denunciou, pela imprensa, a intenção do atual Governo de "pulverizar" a CSN, enfraquecê-la, demitir ao máximo e, depois, privatizá-la. Segundo o sindicalista, a Direção da empresa diz que vai "sanear" a empresa, não senta à mesa para negociar com os funcionários e proclama: "vou demitir seis mil trabalhadores, depois, vou demitir os que estão em licença remunerada..." O Governo Collor escolheu Volta Redonda — diz ele — como laboratório de testes na tentativa de quebrar a espinha dorsal do movimento sindical, para criar condições de privatizar desbragadamente, e dar uma demonstração de força à Nação. Em Volta Redonda e no Rio de Janeiro, já foram demitidos 1.375 trabalhadores, e nas minas de carvão, em Santa Catarina, 1.400. A privatização da CSN virou uma obsessão para o Governo: já decidiu retirar da empresa o monopólio da produção de folhas-de-flandres, a Açominas vai produzir trilhos e perfis com exclusividade e, em seguida, ser vendida a particulares; pretende fechar o alto-forno nº 1, as sínteres nºs 1 e 2 e as coqueiras nºs 1, 2 e 3. O setor de trilhos e perfis, que, ao contrário do que afirma Lima Neto, é produtivo, foi transferido para a Açominas, promoveu o deslocamento de 400 trabalhadores para outras áreas e a demissão sumária de 28 trabalhadores. Querem entregar as minas de ferro da CSN, localizadas em Minas Gerais, à Vale do Rio Doce, através de uma operação de leasing; o hospital, que atende aos 28 mil funcionários e 13 mil aposentados da empresa, querem entregá-lo a uma fundação. O problema, Sr. Presidente, é que tudo isso é planejado, arquitetado em sigilo absoluto, sem o conhecimento dos operários, da comunidade e do Governo de Volta Redonda, do Governo do Estado do Rio de Janeiro, do sindicato dos metalúrgicos, dos funcionários da CSN, que são o seu maior patrimônio, que são a força, o sangue e a alma da siderúrgica.

Mas, o Sr. Presidente, a CSN, afinal, é viável? O que seria e como se daria efetivamente o saneamento da empresa? É bom para o Brasil fechar ou vender a Usina de Volta Redonda? Vamos responder a essas perguntas.

O Sr. Lima Netto, após três meses no cargo, se rendeu: a CSN é extremamente viável, disse o Presidente da CSN. A empresa está em insolvência, em grandes dificuldades, mas não está falida, objetivo que o atual Governo e o anterior tentaram alcançar e demonstrar à Nação, porém sem sucesso. A CSN tem atualmente uma dívida estimada de 2,6 bilhões de dólares, isto é, cerca de Cr\$ 174,2 bilhões. Destes, uma parcela de 1,4 bilhão já está vencida. Somente aos fornecedores a CSN deve 90,5 milhões de dólares. A CSN possui débitos em impostos e contribuições federais e estaduais, com o Tesouro Nacional e com outras estatais. Somente com o Estado do Rio de Janeiro a dívida é de 225 milhões de dólares. Ao BNDES, a CSN deve 407,3 milhões de dólares, entre outros credores. Com os seus próprios empregados, as dívidas chegam a 280 milhões de dólares, sendo que 130,4 milhões a empresa já foi condenada a pagar, pela Justiça do Trabalho, apenas de diferenças salariais dos planos Bresser e Verão.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, fechar Volta Redonda seria a solução? O que isso significaria para o País, para a economia brasileira, para o Município e a Cidade de Volta Redonda, o Estado do Rio de Janeiro? Respondo que seria uma insanidade, uma estupidez, um crime de lesa-pátria.

Se isso ocorresse, imediatamente morreria a cidade de Volta Redonda. O Brasil sofreria um grande golpe: passaríamos de exportador a importador de folha-de-flandres, sem ter, a curto prazo, onde comprar. O Porto de Sepetiba seria fechado, pois mais de 90 por cento do seu movimento depende da usina. O Porto de Angra dos Reis sofreria uma queda acentuada nas suas atividades, porque mais de 80 por cento do seu movimento é devido a Volta Redonda, com o embarque de bobinas de aço. O pequeno Porto de Angra dos Reis teve o seu apogeu no final da década de 50 e início da década de 60, quando chegava a movimentar, anualmente, 500 mil toneladas de produtos, recebendo quase quinhentos navios, a maioria estrangeiros, exportando café em grão e ferro-gusa e ferragens, e importando trigo em grão, ferragens, enxofre, salitre, carvão, madeira e sal. Gerando milhares de empregos diretos e indiretos, o Porto de Angra dos Reis influi intensamente na vida da cidade e do município, e a queda do seu movimento atinge o comércio e o setor de serviços local. Somente numa semana de julho

passado, o Porto de Angra movimentou 51 toneladas de produtos, utilizando oito navios que não chegaram a ficar, cada um, mais de 24 horas atracados nos dois terços do porto. O Porto do Rio de Janeiro também sofreria significativamente com a paralisação ou o fechamento de Volta Redonda.

Como disse, Sr. Presidente, o Governo Sarney se empenhou, e o atual se empenha ardorosamente, para inviabilizar Volta Redonda. O Coronel Ozires Silva, em suas declarações à imprensa, agora sendo processado pelo Sindicato dos Eletricitários da Bahia, por calúnia, injúria e difamação, tem declarado, constantemente, as intenções de privatizar todas as siderúrgicas da União, inclusive Volta Redonda. O Sr. Lima Netto, ao assumir a CSN, informou que a principal missão era privatizar a empresa. Segundo o Coronel Ozires, "a privatização da CSN depende de algumas medidas legais e de um acerto das finanças da empresa para torná-la viável". O Sr. Lima Netto assumiu a CSN, contando com promettidos aportes do Governo para recuperá-la, cerca de 750 milhões de dólares. Depois, confessou que bastariam 500 milhões de dólares. Mas a verdade é que o Governo Sarney não colocou um tostão na empresa e está claro que não é intenção deste Governo socorrê-la.

Com o Plano Collor, a produção da CSN, que era de 200 mil toneladas de aço por mês, foi reduzida a 40 por cento. Duzentas mil toneladas de aço estão estocadas no pátio da usina, sem compradores nacionais ou estrangeiros. O Governo Collor já decidiu o fechamento definitivo das minas de carvão e do lavador de Capivari, em Santa Catarina, responsáveis pelo processamento de todo o minério fornecido às siderúrgicas do País.

Mas, Sr. Presidente, Volta Redonda pode e deve sair da crise. O Deputado Federal César Maia já emprestou o seu equilíbrio social-democrático e a sua reconhecida competência para solucionar a crise da CSN — um plano que tem o apoio dos funcionários, que prevê um aporte de recursos, lançamento de debêntures com títulos resgatáveis, com a garantia de remuneração imediata ou do produto da CSN. Os trabalhadores já declararam o seu apoio irrestrito ao plano do Deputado César Maia, e o interesse em produzir mais, em aumentar a produtividade, para que sejam pagos o mais rapidamente possível. Os trabalhadores querem a transformação do Plano César Maia em projeto de

lei para tramitar nesta Casa. O plano dos trabalhadores é semelhante ao que propõe a direção da CSN, porém o sindicato sugere que os compromissos sociais sejam pagos com o lançamento de debêntures no mercado. A dívida com o Governo, de 1 bilhão de dólares, seria transformada em ações, e o outro 1 bilhão de dólares, devido aos credores, teria uma rolagem de 15 anos, com um deságio de 40 por cento. As dívidas com o setor privado e com os empregados, no valor de 600 milhões de dólares, seriam pagas com o aumento da produção de aço. Os trabalhadores afirmam que, dentro de um ano, a CSN estará saneada, saudável, pronta para prosseguir na sua história positiva de produção e riqueza. O presidente do sindicato advertiu, há poucos dias: "Dentro de seis meses, se não forem tomadas medidas para sanear a empresa, haverá nova paralisação, porque o peão quer salvar a CSN do sucateamento e da privatização".

Aí está, Sr. Presidente, Srs. Senadores, a saída para Volta Redonda. É só o Governo querer, decidir e realizar, com seriedade e competência, a recuperação imediata de Volta Redonda. Mas, infelizmente, parece não ser esta a intenção do Governo Collor. O desinteresse oficial em resolver a crise é flagrante e veiculado vergonhosamente pela imprensa. Um assessor do Presidente da República, que não quis se identificar junto à publicação econômica "Relatório Reservado", declarou: "Nós assumimos há quatro meses, e os problemas, lá, se acumulam há vários anos". O assessor informou que o Presidente Collor quer eximir-se de qualquer responsabilidade pela situação da maior e mais importante usina siderúrgica da União, e o mais grave: o Presidente, segundo ainda o assessor, "não manifesta interesse em sanear a porque acha que o grande beneficiário seria, nesse caso, o ex-Governador Leonel Brizola, favorito para as eleições de outubro". O Governo, Sr. Presidente, não quer se envolver em "questões fluminenses" (como se Volta Redonda não fosse uma questão urgente e prioritariamente nacional...), porque o segundo colocado, na preferência popular, para o Governo do Rio, é o Sr. Jorge Bittar, do PT. Ora, Sr. Presidente, Srs. Senadores, será que para sanear as finanças públicas, acabar com a inflação, é necessário não apenas sacrificar a massa assalariada, demitir e condenar à fome o funcionalismo, desempregar milhares de trabalhadores, surrupiar a poupança

de milhares de brasileiros, mas também sacrificar o Estado do Rio de Janeiro em nome da ojeriza a um político da oposição, que verdadeiramente é a maior liderança fluminense?

O desinteresse e as más intenções do Governo Collor com relação a Volta Redonda já foram anunciadas formalmente pelo próprio Palácio do Planalto. No final do mês passado, o próprio porta-voz do Presidente, Humberto Rosa, declarou à imprensa que o Presidente só toma conhecimento de Volta Redonda, quando lê os jornais. O mesmo comportamento pertence ao Coronel Silva, Ministro da Infra-Estrutura. Segundo, ainda, o Sr. Rosa, "para Collor, ali existe uma estatal falida, que ele gostaria de privatizar, se houvesse comprador, ou vender aos empregados, se o movimento em defesa da empresa tomasse tal rumo, desde que o Governo não tenha despesas com isso". Agora, vejam, Sr. Presidente, Srs. Senadores, a quem estamos entregues — o País, suas empresas públicas, suas riquezas, nós brasileiros! A insólita "Secretaria de Assuntos Estratégicos", criada em substituição ao SNI, jurado de morte por Collor durante a campanha, segundo ainda o Sr. Rosa, Secretário de Imprensa, não sabe nem onde fica Volta Redonda, se é nome de um novo brinquedo ou de uma torta com sorvete, o que prova a inutilidade e incompetência de tal Secretaria de Assuntos Estratégicos, que nada informa ao Presidente, alheio a tudo, ignorante de tudo. No passado, Volta Redonda era assunto estratégico, de interesse da segurança nacional.

São três os objetivos do Governo com relação a Volta Redonda: privatizar, privatizar e privatizar. Para "sanear" a empresa, além de demitir, demitir e demitir, a diretoria faz propostas grotescas, como a que pede o compromisso dos trabalhadores, em plena idade de ouro do arrocho salarial, com salários atrasados, com milhões de dólares a receber por determinação da Justiça, de não fazer greves durante um ano, tempo que o Governo quer para demitir, transferir atividades da usina, vender grande parte do seu patrimônio, pulverizá-la e, depois, rifá-la. Isto interessa ao Brasil? — Pergunto aos Srs. Senadores. Ao mesmo tempo que faz essa proposta, o Presidente da CSN exalta a viabilidade e a importância da CSN e reconhece que, quando compara o salário atual com o que ganhava antes, o operário de Volta Redonda constata uma perda considerável.

A fonte do Planalto informa que "um estudo sigiloso do Governo propõe uma estratégia de privatização que inclua negociações com os empregados, que trocariam parte dos salários atrasados por ações da empresa e pela participação no seu Conselho de Administração. Assim, passariam a ter interesse em facilitar injeções de capital na CSN, num contexto de privatização". Por outro lado, a mesma fonte palaciana destaca a possibilidade de aporte de recursos da União em Volta Redonda, o que seria uma exceção perigosa, pois, para o Governo, 90 por cento das estatais estão em péssimas condições financeiras.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, o Governo ferve numa neopira de liberalismo caduco, altamente enganoso, que contraria os mais elementares interesses nacionais. O Governo vive a febre da privatização. Tudo que é estatal, que pertence, é administrado ou gerenciado pelo Governo não funciona, é deficitário, é corrupto, está podre, é ineficiente, é ineficaz. Tudo está para ser vendido, transferido a particulares. O INPS, a Funai, a Segurança Pública nas grandes cidades, não, claro que não! Isto não interessa privatizar. Mas tudo o que der lucro, que for bom negócio para capitalista é passível de negociação: a Companhia Siderúrgica Nacional, a Petrobrás, a Açominas, a Usiminas, a Aços Finos Piratini, a Siderúrgica de Tubarão são empresas que, para o Governo, se forem administrados pelo Estado, não dão certo, se endividam, geram corrupção, empreguismo, mas, se entregues a particulares, vão de vento em popa. Isto é um engodo, uma falácia, um sofisma, Sr. Presidente. Vamos abandonar nossos filhos, entregá-los à própria sorte porque alguns pais tentaram educá-los e eles se desviaram para as drogas e os crimes! Não devemos mais ir a hospitais do Estado, vamos privatizá-los, porque pessoas falecem nos pronto-socorros públicos, sem atendimento adequado! Os privatistas não procuram uma inteligência clara, objetiva, isenta dos problemas, não procuram correções para os desvios e os vícios que ocorrem nas instituições estatais, preferindo faltar-se de exemplos negativos, ocorridos aqui e alhures, onde o desempenho de algumas pessoas, funcionários do Estado, foi decepcionante ou contrariou o interesse e o bem públicos. Esquecem os bons exemplos dos sistemas de transporte público da Inglaterra, da França e da Alemanha, das minas de carvão da Grã-Bretanha, dos sistemas

de saúde e previdência social de países capitalistas como a Alemanha e o Canadá, ou socialistas como Cuba ou China, os sistemas de ensino público de países europeus, do Leste e do Oeste, do Norte e do Sul. Aqui, são centenas os exemplos de órgãos públicos bem sucedidos nas áreas da saúde e da educação. Como, outrora, os Hospitais dos Servidores do Rio de Janeiro e o das Clínicas, em São Paulo, os Institutos Oswaldo Cruz e Vital Brasil, no Rio, das Universidades de São Paulo, do Rio de Janeiro, de Brasília, de Campinas e de Viçosa; de órgãos públicos modelares, eficientíssimos, como a Ceplac, na área da agricultura; os complexos hidroelétricos de Paulo Afonso e Três Marias; o Grupo Petrobrás, um dos dez maiores e mais rentáveis do mundo; o quase bicentenário Banco do Brasil, e tantas outras instituições modelares, eficientíssimas, que são ou foram orgulho para a gente brasileira, prestaram ou prestam grandes e insubstituíveis serviços à Nação. É certo que o mandonismo e o clientelismo políticos e as ditaduras geraram defecções, vícios e pecados que comprometeram a saúde, a excelência e a própria vida e destino de muitos órgãos públicos. Mas isto, Sr. Presidente, não fornece argumentos aos privatistas para anular ou inviabilizar a natureza, as características e os objetivos públicos, sociais dessas instituições; a contrário, tais defecções devem servir para aperfeiçoar métodos e sistemas da ciência e da técnica da Administração e da Economia.

Não sou contra privatizações, mas sou contrário às privatizações indiscriminadas, sem ampla discussão e participação do Congresso e dos empregados das empresas a serem privatizadas.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, todos nós deploramos o Governo da recessão, do arrocho salarial, dos atos inconstitucionais, da omissão administrativa. Assistimos a uma inflação mensal média de 15 por cento, à custa da recessão, do desemprego, do arrocho salarial, do menor salário mínimo do mundo, o menor da História do País, e o Governo fala em superávit nos orçamentos públicos. Pudera, Sr. Presidente! Depois de confiscar os bens dos cidadãos, sem nada realizar, sem pagar a ninguém, sem investir um tostão em nenhum setor, sem reajustar os salários dos servidores, demitindo trabalhadores, sucateando os serviços públicos, desmontando e rifando as estruturas do Estado,

inviabilizando até o "programa do leite" destinado a pessoas próximas ou mergulhadas na pobreza, na miséria e na indigência. Pergunto aos Srs. Senadores: que superávit é esse? Sem dúvida, tomar, assaltar, arrecadar, não gastar, para, depois, ter superávit é muito fácil!

Entorpecido, pelas idéias liberais do século passado, do *laissez-faire*, daliberdade da "raposa" capitalista no "galinheiro" dos descamisados, vivemos fascinados pela livre negociação. O Estado se retira de tudo, se omite, fuge, renuncia a seus deveres em favor da iniciativa privada, que, por natureza, procura prioritariamente o lucro; não faz a mediação nos conflitos econômicos e trabalhistas, deixando que o patrão, dono do capital e administrador do "posto de trabalho, do emprego, negocie, sob aceleração recessão, "em igualdade de condições", com o trabalhador com o salário, a cada dia, com menor poder de compra, com remuneração defasada frente à inflação incessante, amedrontado e fraco. "Livre negociação" — eis a chave do sucesso! O inquilino entra com o salário e a necessidade de morar; o proprietário entra com o imóvel, a liberdade e o poder de estipular o seu preço do aluguel, de aceitar ou não concordar com o locatário. O patrão entra com o emprego, a liberdade e o poder de estabelecer o salário; o trabalhador entra com a necessidade de trabalhar e receber algo em troca para sobreviver. O Humor do Povo, para ridicularizar a livre negociação, doutrina liberal do Governo, já criou a livre negociação justa e saudável, entre os seqüestradores armados e bem dispostos, e a família tensa e indormida do seqüestrado. Fala-se em livre negociação entre assaltante e assaltado; entre o paciente com a perna gangrenada e o diretor do Inamps, que retém o processo autorizando a amputação. A lei da oferta e da procura passa a regular o estômago faminto do trabalhador. O empregado reivindica 15 por cento de reajuste salarial para uma inflação oficial de 15 por cento ao mês, e o empregador concede 3 por cento, o que chama de aumento. A inflação de 15 por cento não deve ser resposta, porque é ilusória, é psicológica, e, se estivéssemos nos tempos de Sarney, a inflação seria maior e você compraria menos e, se ele reajustar o seu salário, a inflação volta etc. O certo é que a inflação prossegue. E a diferença é que, nos tempos de Sarney, a inflação de 60 por cento era

reposta; e, agora, a inflação é de 15 por cento e o funcionário público, por exemplo, não recebe nada, está com o seu salário congelado. O capital e todas as contas do trabalhador estão indexados, mas o seu salário... nem pensar!

Mas, Sr. Presidente, Plano Collor, recessão, desemprego, aniquilamentos dos serviços públicos, confisco da poupança, desencanto, desesperança e outras mazelas desses tempos depressivos ainda é pouco, se comparado ao que nos espera pela frente, ao que vem por aí, ao que está por trás de tudo isso. Líderes do meu Partido vêm advertindo o País; alertando sobre o que está velado, o que está por trás dessas medidas aparentemente populares, austeras, saneadoras, benéficas para o povo, mas que, na verdade, são de demagogia maquievelmente urdida, que introduz uma terrível política que irá aprofundar as dificuldades do País, empobrecer e escravizar ainda mais a Nação. Trata-se de um gigantesco e avassalador plano prostituidor, aviltador para o trabalho e para quem dele depende. Um gigantesco e avassalador plano de internacionalização da nossa economia, de venda e entrega das nossas empresas, das nossas riquezas, das nossas minas.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, privatizar ou não privatizar não é a questão. Em tese, tudo pode ser gerido pelo Estado, ou tudo pode ser privatizado. Há argumentos, há doutrinas para quaisquer atitudes, para qualquer política. Teoricamente, a iniciativa privada persegue prioritariamente o lucro, e a ação estatal, o serviço público, o bem comum. Mas cada país tem a sua realidade, a sua experiência, a sua cultura, a sua história. Não existem teorias que possam fixar limites gerais, válidos para todos os países; este setor deve ser privatizado, aquele outro não; este talvez, aquele parcialmente. O importante é que os processos, tanto de privatização, como de estatização, sejam democráticos, sejam públicos, transparentes, abertos para as reflexões, a crítica e os debates; que todos, especialmente os trabalhadores dessas entidades e suas clientelas, participem dessas entidades e suas clientelas, participem das decisões; que os contribuintes, o povo se manifeste. Os trabalhadores das estatais brasileiras querem saber por que, como e quando privatizar; quais serão as conseqüências sociais e econômicas desses

atos do governo; quem irá se beneficiar com essas operações. Os empregados? As comunidades? O povo brasileiro? Para onde irão essas montanhas de dinheiro? O Congresso Nacional não deve ficar alheio a todo esse processo. Esta Casa, através de suas comissões técnicas, quer conhecer e discutir razões e objetivos.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, a Companhia Siderúrgica Nacional pertence ao País, pertence ao povo brasileiro, foi e é uma conquista brasileira; ela é um marco, a base da nossa industrialização, um símbolo da tentativa de se construir uma economia nacional, forte, independente e madura, um símbolo da independência e da soberania nacionais. Não permitimos que projetos impatrióticos e entreguistas, que propostas liberais que só levam a servidão e à dependência, que o autoritarismo e as manobras de grupos econômicos destruam a importância que Volta Redonda tem para o nosso desenvolvimento. Está em jogo o interesse nacional, o futuro, o País, o trajeto de gerações.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente. Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Pompeu de Sousa) — Concedo a palavra ao nobre Senador Francisco Rollemberg.

O SR. FRANCISCO ROLLEMBERG (SE. Pronuncia o seguinte discurso. — Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, venho à tribuna, nesta manhã, para falar de uma instituição que foi extinta, mas que era de maior importância, para o conhecimento, por parte da nossa juventude, dos problemas brasileiros e, conseqüentemente, da sua integração como nacionalidade.

Trata-se, Sr. Presidente e Srs. Senadores, da Fundação Projeto Rondon, que, durante vinte e dois anos, prestou um elenco de serviços à Nação brasileira.

Milhares de estudantes universitários e de nível médio, no campo e nas cidades, realizaram pesquisas, levantando as potencialidades geoeconômicas e de recursos humanos e diagnosticando problemas econômicos e sociais que obstavam o processo de desenvolvimento. Participaram do planejamento de atividades voltadas para a superação desses problemas. Deram assistência técnica e administrativa a

instituições públicas e privadas. E prestaram outros serviços, de elevada qualificação profissional, nas diversas áreas do conhecimento humano, principalmente às populações das regiões mais carentes do nosso País.

O acervo de documentos da Fundação Projeto Rondon, que registra uma bela página da experiência político-administrativa da Nação brasileira, encontra-se hoje sepultado nos arquivos mortos da Fundação Nacional do Índio. Mas sua história e suas realizações ainda estão bem vivos na cultura e na memória de quantos brasileiros, no espaço de uma geração, participaram dos seus trabalhos ou foram seus beneficiários nas mais longínquas paragens do imenso território nacional.

Foi o professor universitário Wilson Choeri, durante um seminário realizado no Rio de Janeiro, nos idos de 1967, quem lançou a idéia de tirar os alunos de dentro das salas de aula e levá-los para o campo ou para os bolsões de pobreza no meio urbano, a fim de complementarem o ensinamento teórico com o aprendizado prático. Assim, as universidades poderiam preencher uma lacuna no cumprimento de sua função de extensão universitária.

Em julho de 1967, um grupo de 30 estudantes e professores, depois de superarem barreiras de alguns Ministérios, conseguiram um avião DC3, emprestado pelo Departamento Nacional de Obras Contra as Secas, e embarcaram para a selva amazônica, onde permaneceram 28 dias, realizando pesquisas e dando assistência às comunidades pobres de várias localidades dessa região.

O relatório da chamada "Operação Zero", pela relevância dos trabalhos ali apresentados, estimulou o Governo a editar o Decreto nº 62.927, de 28-6-68, institucionalizando o Grupo de Trabalho "Projeto Rondon", vinculado ao Ministério do Interior.

A denominação do GT foi uma justa homenagem a Cândido Mariano da Silva Rondon, sertanista brasileiro nascido em Cuiabá em 1865. Aos 36 anos, trocou a posição de professor de Matemática da Escola Militar de Praia Vermelha por um cargo na Comissão Telegráfica. Nessa condição, penetrou os sertões do Oeste brasileiro, onde realizou uma grande obra civilizadora entre os índios, respeitando sempre suas peculiaridades culturais.

Em 1913, Cândido Rondon acompanhou Theodore Roosevelt numa exploração à Bacia Amazônica. De 1927 a 1930, realizou uma inspeção às fronteiras brasileiras, desde o Oiapoque até os limites com a Argentina e o Uruguai. Em 1934, conseguiu levar a bom termo o Protocolo de restabelecimento da paz entre o Peru e a Colômbia, rompidá em consequência de um litígio de fronteiras. Em 1940 fundou o Serviço Nacional de Proteção ao Índio, sendo seu diretor por muitos anos.

A Antropologia e a Geografia devem-lhe preciosos dados e informações, coligidos durante suas explorações aos sertões brasileiros.

Em reconhecimento ao incomensurável patrimônio cultural legado ao nosso País pelo ilustre brasileiro, o Congresso Nacional conferiu-lhe, por ocasião do seu 90^a aniversário de nascimento, a patente de Marechal.

O Grupo de Trabalho Projeto Rondon, em novembro de 1970, com a edição do Decreto nº 67.505, passou a ter autonomia administrativa e financeira. Foi criado o Funrondon, tendo como fontes de financiamento, além de dotações consignadas no Orçamento da União, recursos provenientes de doações, de acordos firmados com entidades públicas e privadas, de créditos que lhe fossem concedidos e de rendas de serviços prestados no campo de suas atribuições.

Em dezembro de 1975, a Lei nº 6.310 transformou o Projeto em Fundação, explicitando-lhe a competência de promover a participação voluntária da juventude estudantil no processo de desenvolvimento, colaborando na integração nacional e na valorização do homem.

No campo do desenvolvimento e da integração, a Fundação tinha por diretrizes a organização, implantação e coordenação de estágios de estudantes no interior do País; a execução da política de integração nacional em consonância com os planos de desenvolvimento e a promoção de programas de desenvolvimento comunitário das populações interioranas.

Entre as diretrizes voltadas para desenvolver o mercado de trabalho, destacam-se a busca do conhecimento das condições do interior do País, abrindo perspectivas para a interiorização e fixação de técnicos de nível superior nas respectivas áreas de graduação; a realização, junto às populações carentes, de treinamento especializado de nível médio, in-

centivando o mercado de trabalho e o aprimoramento da mão-de-obra qualificada; a promoção da abertura de novos mercados de trabalho, considerando as vocações naturais da região, em estreita colaboração com as instituições locais.

No campo da pesquisa e preparação de recursos humanos, registram-se a contribuição de equipes técnicas multidisciplinares na realização de pesquisas voltadas para o conhecimento da realidade nacional, e a preparação dos recursos humanos necessários à execução dos projetos de desenvolvimento locais.

A atuação da Fundação Projeto Rondon envolvia a ação conjunta dos Ministérios do Interior, da Educação e Cultura, da Previdência Social, do Trabalho, da Saúde, da Agricultura, dos Transportes e da Secretaria de Planejamento da Presidência da República, além dos Governos Estaduais, Prefeituras e comunidades locais, através de seus órgãos representativos.

Ao longo de seus 22 anos de existência, o Projeto Rondon passou por profundas transformações, tendo grandes avanços e grandes recuos. Estes por insuficiência de recursos, porque nunca faltou demanda para seus serviços nem jovens universitários dispostos a levar seus conhecimentos e dedicação onde quer que fossem necessários.

Em 1983, o Projeto Rondon mobilizou mais de 100 mil estudantes, que em todo o território nacional levaram às comunidades carentes assistência dedicada e idealista, conciliando o aprendizado com a prática.

No início, seu lema era "Integrar para não Entregar", nascido de uma corrente nacionalista envolvida com o Projeto, que temia a tomada da selva Amazônica por grupos estrangeiros. As operações, então de caráter mais assistencialista, eram destinadas às populações confinadas no Norte e, depois, no Nordeste, sendo realizadas nos períodos de férias escolares.

O êxito das operações e a necessidade de ações continuadas levaram as universidades a criarem campi avançados. Ali, equipes multidisciplinares prestavam serviços o ano inteiro, ora fazendo levantamentos da geoeconomia da região, pesquisas sobre incidência de doenças, pesquisas de solo para implantação de culturas adequadas, assistência técnica à agropecuária, reciclagem de

professores e assistência administrativa, ora prestando serviços médicos, odontológicos, de assistência social e de organização das comunidades. Os dados e informações colhidas alimentavam constantemente as universidades, que os colocavam à disposição da próxima equipe de mestrandos, estagiários e voluntários, para darem continuidade aos trabalhos.

A tomada de consciência dos grandes problemas existentes nos chamados "bolsões de pobreza absoluta", detectados nas periferias das maiores cidades, levou a ampliação das operações e a mudança do lema do Projeto para "Participação e Desenvolvimento".

A ação governamental passou a ser mais integrada. Foram realizados protocolos de intenção com as Superintendências Regionais de Desenvolvimento, os Governos estaduais e as Prefeituras. E foram criados, em todos os Estados, núcleos de orientação e acompanhamento, contando com representantes desses órgãos, que elaboravam planos de ação conjunta, definiam as áreas de atuação, as técnicas a serem empregadas e os recursos necessários para que o Projeto Rondon, junto com o Ministério da Educação, mobilizasse os estudantes e docentes responsáveis por sua realização.

Para que V. Ex^{as} tenham uma idéia da dimensão dos trabalhos do Projeto Rondon, basta lembrar que a 26^a Operação Nacional realizou:

- pesquisas e levantamentos para a Associação Brasileira de Deficientes Visuais, detectando áreas de maior incidência de doenças visuais e suas possíveis causas;

- ações de saúde, de educação e de assistência agropecuária nas regiões dos seringais nativos do Acre e do Amazonas;

- levantamento fitossanitário, em Mato Grosso, encomendado pela Secretaria Especial do Meio Ambiente, voltado para o controle da ação de biocidas;

- levantamento das comunidades indígenas, em convênio com a Fundação Nacional do Índio;

- treinamento de professores em atividades recreativas, artísticas e desportivas, onde não eram praticadas regularmente;

- cadastramento das populações de baixa renda, em convênio com o Banco Nacional da Habitação, para construção de

casas populares nas localidades mais carentes;

- treinamento de professores leigos em cidades do interior e zonas rurais;

- implantação de milhares de hortas domésticas;

- atendimento e orientação médico-odontológica;

- cursos de primeiros-socorros e de atendimento hospitalar;

- orientação agropecuária;

- organização de associações comunitárias;

- assessoramento administrativo e técnico a Prefeituras;

- implantação de inúmeras bibliotecas e arquivos.

Por si sós essas realizações justificariam de pleno a sua existência.

A Fundação Projeto Rondon tinha estrutura para realizar projetos da maior abrangência territorial. Além dos 23 núcleos de orientação e acompanhamento e dos 24 campi avançados, havia o grande interesse dos estudantes em adquirir experiência profissional e maior facilidade de absorção do treinamento oferecido.

Foi por essa razão que o Ministério dos Transportes transferiu as atividades da Operação Mauá para o Projeto Rondon. O Programa Nacional de Desburocratização contou com sua grande participação. O Instituto Nacional de Previdência Social realizou convênio com o Projeto Rondon para implementar seu Programa de Modernização Administrativa em todas as superintendências, agências e postos de saúde e de benefícios. Com base nessa experiência, o Projeto Rondon participou da promoção de curso de Modernização Administrativa, por meio da publicação e distribuição de sete fascículos mensais, de grande aceitação em nível nacional.

Através de convênio com o Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal, os rondonistas fizeram o levantamento de desmatamentos clandestinos na Amazônia, registrando 670 serrarias quando o Instituto tinha conhecimento de apenas 205.

O Projeto Rondon fez o levantamento, para o Instituto Nacional do Livro, da situação das bibliotecas em todo o território nacional, bem como le-

vantamentos sócio-econômicos para a Legião Brasileira de Assistência.

Da maior importância foram os serviços prestados pelos estudantes de administração no assessoramento e organização administrativa de inúmeras Prefeituras, sobretudo no Norte e no Nordeste. Não menos importante foi a ação dos estudantes da área de saúde, detectando, prevenindo e curando doenças de maior incidência nessas regiões, como verminose, desnutrição, bócio-enzêmico etc.

O Programa de Regionalização levou as Brigadas de Saúde às periferias das grandes cidades, onde foram realizados inestimáveis trabalhos de assistência médica, odontológica e social às comunidades carentes. Muitos estudantes recém-formados, voluntariamente, iam prestar serviços nos finais de semana.

A falta de profissionais de nível superior em cidades do interior levou à criação do Banco de Oportunidades de Interiorização, que levantou a oferta de empregos. Milhares de recém-formados foram contratados por prefeituras em vários Estados.

O Programa de Interiorização permitiu a contratação, pelo Ministério do Interior, de recém-formados, em diversas áreas, para trabalharem nas cidades mais carentes pelo período de um ano. Depois, muitos permaneceram por conta própria, pois já tinham experiência profissional, clientela formada e aceitação na comunidade.

Sr. Presidente e Srs. Senadores, quando o Projeto Rondon completava 20 anos, em 1987, sua programação de trabalho sofreu alterações substanciais. O trabalho dos universitários passou a servir de instrumento de apoio a prioridades do Governo. A Secretaria Especial de Ação Comunitária utilizou os estagiários do Projeto na realização de 15 de seus programas junto às comunidades locais, a exemplo da distribuição de leite. Do mesmo modo, o Fundo de Assistência ao Estudante contou com o rondonista como mão-de-obra para realização do programa de merenda escolar.

Foram desativados vários campi avançados, restando apenas quatro na Amazônia.

Em 1988, as Brigadas de Saúde atenderam 1,8 milhão de pessoas em serviços médicos, odontológicos e pedagógicos. E,

nesses mesmos anos, os estudantes foram surpreendidos com a notícia de que o Orçamento da União para o ano seguinte não incluiria verbas para o Projeto Rondon.

A Medida Provisória nº 27, de 15 de janeiro de 1989, extinguiu a Fundação Projeto Rondon, vinculada ao Ministério do Interior. E a medida foi convertida em Lei nº 7.732, de 14 de fevereiro de 1989.

Sr. Presidente e Srs. Senadores, no momento em que a nova Constituição estabelece a maior descentralização administrativa, dando novas e crescentes responsabilidades às prefeituras locais, crescem de importância as funções de integração nacional e da consequente necessidade de maior participação do jovem universitário no programa de desenvolvimento, levando seus conhecimentos a essas esferas de governo.

Os universitários, de todas as áreas do conhecimento humano, através do contato direto com as comunidades mais carentes e da prestação de seus serviços, representam importantes agentes para a mudança de mentalidade, crescimento cultural e a abertura necessária ao desenvolvimento integrado do nosso País.

Por isso, Sr. Presidente e Srs. Senadores, proponho a revisão da competência da extinta Fundação Projeto Rondon, para que suas funções possam ser reabilitadas e assumidas por outros órgãos do Governo e pela reativação da própria Instituição.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Pompeu de Sousa) - Concêdo a palavra ao nobre Senador Nabor Júnior.

O SR. NABOR JÚNIOR (PMDB - AC. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Srs. Senadores, o processo de implantação real da economia livre no País está apresentando resultados palpáveis em muitos pontos, desde a abertura dos portos aos produtos estrangeiros até - o que é mais importante - a tomada de consciência, pelo empresariado nacional, das exigências e perspectivas apontadas nesse novo quadro político-financeiro.

Estou seguro de que essa realidade recém-apresentada aos brasileiros é a responsável por um evento marcado para o próximo dia 20, em Porto Velho, Rondônia, quando a Confederação Nacional da Indústria promoverá o seminário "A Safada

do Brasil para o Pacífico". Nele estarão reunidos, ao longo de debates setoriais e reuniões plenárias, os mais importantes empresários do setor produtivo, Ministros do Brasil e representantes do governo peruano, cujas rodovias acolherão o futuro tráfego brasileiro nas rotas para o Oriente.

O documento elaborado pela CNI, para direcionar a temática do Seminário, é claro, objetivo e perfeito, dentro da colocação dos interesses nacionais. Nele se oferecem duas opções para esse corredor de exportações, ambas passando pelo território acreano: as BR 317 e 364, principalmente esta última, que é, ademais, o único acesso do Brasil às fronteiras do seu Extremo Sudoeste. Trata-se, como afirmam os empresários da indústria, de uma estrada "de repercussão internacional, que poderá promover profunda alteração nas rotas marítimas em operação no mundo inteiro e dar ao Brasil uma posição comercial privilegiada em relação aos mercados consumidores do Oriente".

E acentua o documento:

"O empresariado nacional deve ser conscientizado para a questão da BR-364, porque significa um novo corredor de exportação, ligando o Brasil ao Pacífico; colocar os produtos brasileiros no mercado Asiático; estimular a ampliação do relacionamento comercial com o Japão, encurtando a distância que separa os dois países em quase cinco mil milhas; e promover a integração econômica das regiões Amazônica e Centro-Oeste com o Sul do País".

Há quantos anos, Sr. Presidente e Srs. Senadores, venho pregando essas verdades! V. Ex^{as} que acompanham minha vida parlamentar desde os anos 70, quando assumi uma cadeira na Câmara dos Deputados, são testemunhas disso: em momento algum deixei escapar a verdadeira raiz dos problemas regionais, lembrando sempre que abandonar uma área fabulosa como a Amazônia significa, pura e simplesmente, esquecer seus recursos diretos e suas potencialidades estratégicas.

Jamais abriguei emoções ou sentimentos menores, mas sempre defendi o interesse nacional, confrontado com as pressões vindas do exterior — vinda do exterior, sim, porém revigoradas pela cegueira de inocentes e pela compra de consciências desnacionalizadas. Ou, como diz a CNI:

"As aspirações do empresário brasileiro esbarram em obstáculos que ultrapassam fronteiras e envolvem, além de Brasil e Japão, interesses de empresários americanos, cuja posição contrária à estrada estabeleceu uma enorme polêmica sobre o assunto. Sob a alegação de que a estrada poderá afetar o equilíbrio ecológico da região Amazônica, entidades empresariais daquele país vêm conseguindo sensibilizar a opinião pública mundial, impedindo a liberação de recursos externos para a conclusão da obra."

E o documento dos industriais brasileiros toca fundo, no raciocínio do problema, ao afirmar:

"A discussão mistura ingredientes que vão da ecologia, passando pela integração latino-americana, até chegar ao que parece mais significativo e talvez seja o grande "divisor de águas" da questão: o possível remanejamento de posições comerciais no plano internacional."

Essas palavras não foram pronunciadas no emocionalismo das assembleias estudantis; nelas não se encontra contestação à ordem internacional de livre economia; existe, isso sim, a clara afirmação dos interesses nacionais, hoje garroteados pela falta de um acesso rodoviário confiável e permanentemente aos portos do Pacífico.

Nem afirmamos, em momento algum, que os Estados Unidos são bons ou maus; não se trata de um duelo cinematográfico — apenas estão em jogo os interesses dos países. Os americanos do norte defendem os seus interesses — o que é legítimo.

Nós é que precisamos aprender a defender os nossos!

O Sr. Chagas Rodrigues — Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. NABOR JÚNIOR — Com muito prazer.

O Sr. Chagas Rodrigues — Nobre Senador Nabor Júnior, os que acompanham a vida política deste País sabem que V. Ex^a, durante toda a sua atuação como Congressista e como Governador, tem defendido intransigentemente os superiores interesses do Acre, da Amazônia e do Brasil. V. Ex^a, hoje, mais uma vez, se refere a esses problemas. O que V. Ex^a sempre defendeu, juntamente com outros Srs. Parlamentares, consta da atual Constituição. É um imperativo constitucional. O art. 4^a da Constituição

vigente, estabelece, no seu parágrafo único:

"A República Federativa do Brasil buscará a integração econômica, política, social e cultural dos povos da América Latina, visando à formação de uma comunidade latino-americana de nações."

Ora, essa integração deve começar pela América do Sul, e essa comunidade deve ser, sobretudo, pelo menos na fase inicial, dos povos sul-americanos. Essa é uma política que existe hoje em todos os Continentes. É uma política de integração e de comunidade, vitoriosa na Europa, na África, na Ásia etc. De modo que V. Ex^a tem a nossa total solidariedade. Precisamos realizar essa política, e ela não se fará enquanto não existir essa rede de estradas. Se não tivermos estradas ligando o Atlântico ao Pacífico, unindo as nossas nações, integrando os nossos povos, não chegaremos aos frutos desejados. V. Ex^a tem a nossa solidariedade. Uma coisa é defender o meio ambiente, outra é retardar o desenvolvimento. Com desenvolvimento econômico-social, com energia, com transportes, poderemos realizar melhor essa política, que é a política superior de defesa do meio ambiente, de defesa da natureza e de defesa, sobretudo, das pessoas. O nosso objetivo inicial, portanto, é este: desenvolvimento econômico-social, libertando os nossos povos da pobreza e da miséria.

A BR-364, por essas razões todas que V. Ex^a mencionou, precisa imediatamente ser levada a efeito. Nós não admitimos que, a pretexto de se defender o meio ambiente, as nossas populações continuem na miséria e o atraso econômico-social da América Latina, sobretudo da América do Sul, permaneça. V. Ex^a tem toda a nossa solidariedade.

O SR. NABOR JÚNIOR — Agradeço a V. Ex^a o oportuno aparte, que representa uma valiosa contribuição à tese que estou defendendo no meu pronunciamento.

Prossigo, Sr. Presidente.

O que significa a expressão "os Estados Unidos defendem seus interesses?" Simplesmente eles não abrem mão do controle do fluxo comercial entre os continentes americano e asiático. Afinal, toda a produção brasileira que se destina à Ásia passa necessariamente pelo porto de San Francisco, na Costa Oeste daquele país, onde se submete aos pre-

cos e prazos ali vigentes — e isso é quase inevitável, como se constata à simples visualização dos mapas: do porto de Santos ao Canal do Panamá a distância quase atinge aquelas cinco mil milhas desperdiçadas, que mencionei há pouco, ou seja, uma etapa extra a ser percorrida pelo navio japonês que preferisse comprar diretamente no Brasil, ao invés de usar os entrepostos californianos.

E as pressões contra a conclusão das obras da Rodovia BR-364 são variadas, algumas às claras, sob o manto sagrado da ecologia, mas outras, superiores em força, se fazem nos bastidores e nos gabinetes das superpotências. Exemplo disso tivemos num episódio que denunciei aqui, nesta tribuna, na oportunidade, e que encontro no relatório da CNI, novo respaldo: "o Japão já manifestou interesse em desmontar este monopólio americano sobre as relações comerciais com o Brasil, chegando a oferecer parte dos recursos para a conclusão da BR-364, mas, atendendo a pedido do presidente americano, George Bush, suspendeu o financiamento".

O Sr. Ney Maranhão — Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. NABOR JÚNIOR — Pois não. Ouço com muito prazer o aparte de V. Ex^a, nobre Senador Ney Maranhão.

O Sr. Ney Maranhão — Nobre Senador Nabor Júnior, V. Ex^a traz, hoje, para este Plenário do Senado Federal, assunto que considero da maior importância para o desenvolvimento do nosso País. Eu não conhecia direito o nosso sofrido norte. Há alguns meses, quando tive o prazer de estar em Roraima ajudando Companheiros nas suas eleições — o Governador Romero Jucá — juntamente com o Senador João Lyra, conheci profundamente essa região. No meu entender, nobre Senador Nabor Júnior, o Norte é o futuro do Brasil. Neste pronunciamento V. Ex^a mostra a importância da BR-364, pudemos ver apenas 200 quilômetros, entre Santa Inês, na Venezuela, e Boa Vista. Esta BR constituirá o pulmão para esse grande Estado, que será tão importante como São Paulo, riquíssimo. Mas não possui estradas, não tem energia. E temos energia sobrando nessa nova política do Governo, de integração sul-americana. V. Ex^a sabe que a Venezuela tem energia sobrando, hoje, mais do que Itaipu. Quando a nossa usina estiver completa, tornar-se-á maior. A Venezuela tem energia sobrando, que pode ser trazida até Roraima. Esses 200Km pavimen-

tados até Boa Vista dão o sinal de desenvolvimento do futuro São Paulo do Norte, que é o Estado de Roraima. Por aí vejo a importância da BR-364, que V. Ex^a está defendendo. Por trás da ecologia que temos que preservar há os interesses econômicos, porque, quando essa estrada estiver pronta e tivermos alcançado o Pacífico, para escoamento de nossos produtos, este País vai mudar a face do seu desenvolvimento. Portanto, nobre Senador Nabor Júnior, V. Ex^a tem o apoio do Senado Federal, do povo brasileiro, na defesa dessa estrada da maior importância, que será um dos pulmões deste País para a arancada do seu desenvolvimento. Parabéns a V. Ex^a

O SR. NABOR JÚNIOR — Agradeço a V. Ex^a o aparte, que corrobora com o ponto de vista que estou expendendo neste momento.

O Sr. Mendes Canale — Permite-me V. Ex^a?

O SR. NABOR JÚNIOR — Concedo um aparte ao nobre Senador Mendes Canale.

O Sr. Mendes Canale — Nobre Senador Nabor Júnior, ninguém como V. Ex^a tem, de fato, autoridade para abordar assunto desta natureza. Esta afirmativa que fazemos vem de um retrospecto que nos leva, agora, a recordar o tempo em que nos encontrávamos à frente da Sudeco. Lá fomos encontrar V. Ex^a no Governo do Acre, quando, demonstrando grande interesse pelo prosseguimento da BR-364 até a capital do seu Estado, tivemos a oportunidade de analisar a importância dessa rodovia, que encontramos quase concluída quando assumimos a Sudeco. Tal Rodovia partia de Cuiabá, tocava Porto Velho e seu prosseguimento era a aspiração de V. Ex^a, como Governador do Estado, não visando apenas atingir a capital do Estado que V. Ex^a governava, mas com a visão maior, aquela que nos empolgava na época e que nos empolga ainda hoje, a formação de um grande corredor em busca da saída para o Pacífico. V. Ex^a teve essa visão, lutou por ela e continua ainda a batalhar por este objetivo. Não podia deixar, portanto, de ter a nossa palavra de apoio, porque ao lado de V. Ex^a sentimos também, à frente daquele órgão, a necessidade do prolongamento dessa rodovia. Outro aspecto que V. Ex^a aborda relaciona-se com o desenvolvimento. Não nos podemos apegar apenas à questão do meio ambiente sem visarmos também o desenvolvimento da Região. Não podemos permitir que aquilo que se promo-

ve dentro de uma área, como essa, possa, de fato, oferecer danos à ecologia. Não é o que acontece. Na preservação do meio ambiente, a busca do desenvolvimento, vale dizer, do ecodesenvolvimento, é o que buscamos, e foi preocupação nossa desde o passado. Tivemos essa preocupação há mais de 15 anos, quando instálamos no nosso Mato Grosso — ainda era o velho Mato Grosso — as chamadas cidades Humboldt, que tinham por objetivo estudar, de fato, a entrada do homem na Amazônia sem ferir a ecologia. Infelizmente, como tudo acontece neste País, ficou pela metade. Não se concluíram os estudos. Hoje, reclamamos essas providências de bem sentir, como é a forma segura de penetrar na área amazônica. Não podemos, de forma nenhuma, prejudicar o desenvolvimento econômico dessa vasta região brasileira, que vai formar, através do prolongamento da BR-364, o grande corredor de exportação, ganhando, assim, as portas do Pacífico. Cumprimentamos V. Ex^a pelo seu pronunciamento, que é uma extensão da luta que V. Ex^a empreendeu como Governador do seu Estado.

O SR. NABOR JÚNIOR — Agradeço a V. Ex^a gostaria de acrescentar que já foram realizados os estudos indispensáveis à implantação dessa rodovia sem agressão ao meio ambiente da região. Existem projetos, até mesmo aprovados por entidades ambientalistas nacionais e internacionais, que asseguram a plena execução da BR-364 sem agredir o meio ambiente e a ecologia. O Governo do Acre teve a preocupação, inclusive com financiamento repassado pela Sepian, de proceder a esses estudos. E o projeto foi devidamente encaminhado aos órgãos que poderiam financiar a execução da obra.

O Sr. Francisco Rollemberg — Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. NABOR JÚNIOR — Concedo o parte a V. Ex^a, Senador Francisco Rollemberg.

O Sr. Francisco Rollemberg — Eminentíssimo Senador Nabor Júnior, confesso que, toda vez que vem algum Companheiro à tribuna desta Casa para falar da BR 364, sinto uma frustração muito grande. Desde 1973, quando fazíamos a ESG, a 364 era considerada uma rodovia de integração nacional. Era nosso faroeste, a nossa saída para o Oeste, era a saída que tínhamos para facilitar a nossa integração com a América Latina e com o comércio mundial, através do Pacífico. Há uma preocupação muito grande, nobre Senador, com as lesões que

possam ser causadas, com a sua construção, no equilíbrio ecológico da região. Eu, que sou um dos defensores da Natureza, confesso que a minha preocupação maior, em termos ecológicos, é com o homem. O homem é que deve ser o fulcro, o centro das nossas preocupações ecológicas. E como poderemos levar ao homem do Acre o desenvolvimento, a tecnologia, se não criarmos acesso físico para que essas coisas cheguem até lá? Eu lembraria, por exemplo, o tratamento da malária, da lepra, a criação de pequenos hospitais, a interiorização da educação, que só poderão ser levados àquelas regiões se criarmos vias de acesso que facilitem o ingresso das pessoas e da tecnologia até aquelas regiões. Pretende-se fazer, a meu ver, é obstaculizar o Brasil a não criar a sua saída para o Pacífico. Isso é um entendimento de comércio internacional, e os nossos irmãos do Norte ficam muito apreensivos quando alguém, alguma nação abaixo do Rio Grande, pode encontrar o seu próprio destino. E o Brasil, tenho certeza, não há de se curvar a essas coisas. Sei do trabalho que os Batalhões de Engenharia do Exército fizeram no início da instalação dessa rodovia; sei do esforço e do sacrifício da Nação com os investimentos que lá têm sido feitos. Mais do que nunca, o Brasil, agora, como uma potência emergente, precisa integrar-se com o Pacífico, pacificamente. Eu digo pacificamente porque não faremos guerras de conquista para ocupar fronteiras até lá, e sim, através de um bom relacionamento diplomático, caminharemos para aquelas regiões, levando os nossos produtos, levando a nossa tecnologia, levando a nossa cultura, levando a integração Brasil/América Latina, Brasil com o Mundo, através dos portos do Pacífico. Era o que eu queria dizer, aproveitando para parabenizar V. Ex.^a por focalizar assunto da maior importância, V. Ex.^a deve percutir sempre este problema, para lembrar à Nação brasileira, ao Governo do Brasil que devem voltar os olhos, o quanto antes, para a BR-364 e não permitir que visões obscurantistas ou o modismo da ecologia possam impedir que o Acre se incorpore ao desenvolvimento nacional e que o Brasil se incorpore ao comércio internacional.

O SR. NABOR JÚNIOR - Fico extremamente agradecido a V. Ex.^a pelo aparte que acaba de conceder ao meu modesto pronunciamento.

O Sr. Afonso Sancho - Permitte-me V. Ex.^a um aparte?

O SR. NABOR JÚNIOR - Concedo o aparte ao nobre Senador Afonso Sancho.

O Sr. Afonso Sancho - Senador Nabor Júnior, o assunto que V. Ex.^a focaliza nesta sessão matutinal é de grande significação, porque fica enaltecida e engrandecida esta Casa quando um Senador lá do Acre procura dar uma demonstração ao País de que aquele Estado existe e os seus Representantes estão aqui ativos para defender aquilo que é considerado mais justo. Por trás da concretização dessa rodovia, tão criticada até hoje por algumas pessoas ligadas à ecologia, sente-se que há alguma coisa. Eu não iria assegurar, como o meu ilustre Companheiro Francisco Rollemberg, que os nossos irmãos do Norte não a querem. Penso que também alguns irmãos do Sul não a querem. De forma que V. Ex.^a tenha a certeza de que pode contar com o apoio desta Casa no sentido de se conseguir que essa rodovia seja realmente uma realidade, especialmente agora, quando o Presidente Bush lança esse grande programa de integração da América Latina. Não há coisa melhor do que se ter os meios para que um Estado do Extremo Norte do Brasil procure uma saída para o Pacífico, onde iria contribuir para melhor comercialização com quem importa o nosso produto. Assim sendo, nobre Senador, não poderia ficar calado neste momento, quando V. Ex.^a levanta assunto de grande significação para o nosso País, e receba a minha solidariedade e o meu endosso às suas palavras.

O SR. NABOR JÚNIOR - Muito obrigado a V. Ex.^a

Prossigo Sr. Presidente.

Jamais abriguei a paranóia antiamericana. Afinal, a grandeza dos Estados Unidos foi construída em regime de liberdade, de competição franca e instituições sociais abertas, como nunca se viu nos tempos modernos. Isso não os impede, todavia, de defender e atacar com firmeza quando tratam de seus interesses.

Nós, permitam-me repetir, é que precisamos aprender a defender os nossos interesses.

E que interesses, Sr. Presidente e Srs. Senadores!

Informa a Confederação Nacional da Indústria que um recente estudo, feito por exportadores brasileiros, indica uma economia de 200 dólares por tonelada, se as mercadorias saíssem de portos no Pacífico, ao invés de passarem pelo O-

ceano Atlântico, cruzando o Canal do Panamá e dormindo nos armazéns de São Francisco.

O IBGE, no Anuário Estatístico de 1988, traça um amplo quadro da questão, onde um detalhe especial nos desperta interesse particular: somando-se a produção de cereais dos Estados da Região Centro-Oeste, atingimos 31 milhões de toneladas, dez vezes tudo o que se escoou dos diversos portos do País!

Imaginemos, então, se houvesse um caminho permanente, confiável, seguro, para os grandes mercados asiáticos, onde a proteína vegetal encontra consumo ilimitado - tão ilimitado quanto a capacidade que tem o Centro-Oeste brasileiro de produzir aquela proteína tão cobiçada!

Aí estão as principais questões a serem enfocadas, em Porto Velho, pelos industriais e representantes dos governos de Brasil e Peru, no seminário da próxima quinta-feira.

Todos os estudos para a ligação rodoviária com o Pacífico estão feitos; pouco se poderia ainda acrescentar às montanhas de projetos, relatórios e cálculos elaborados por órgãos governamentais do Brasil e do Peru, além dos organismos externos de financiamento que foram chamados e se prontificaram a colaborar.

Só falta - e isso venho cobrando à exaustão - a decisão política firme, severa e acima de pressões espúrias.

Firmeza e severidade têm sido características marcantes do atual Governo; resta saber se ele conseguirá resistir às pressões contra a grande obra, que certamente vai representar a salvação de milhões de brasileiros hoje abandonados, além de gerar riquezas em dobro: riquezas diretamente forjadas pelo aumento da exportação e riquezas decorrentes da economia nos fretes e nas comissões, hoje desperdiçados com os inconcebíveis "passeios" nas rotas entre os portos brasileiros e a Califórnia.

O Estado do Acre, que tenho a honra e o orgulho de representar nesta Casa, acompanha com interesse multiplicado o desenvolvimento da questão, pois nele estão todas as conexões comerciais e viárias para o Pacífico. Duas opções se oferecem e cabe ao Governo brasileiro eleger, soberanamente, a mais viável, dentro da realidade que vivemos: a BR 317 e a BR 364.

O Departamento Nacional de Estradas de Rodagem é favorável à conclusão da BR-364 até Boqueirão da Esperança, trecho de 751 quilômetros, e que faz parte não apenas do Plano Rodoviário Nacional mas que também compõe o Sistema Pan-Americano de Rodovias, avalizado e endossado pelo Brasil em todas as oportunidades. Segundo o órgão rodoviário, a conclusão daquele trecho possibilitará a expansão dos espaços agrícolas do Brasil Central e de parte da Amazônia, estendendo suas fronteiras em mais de 700 quilômetros no sentido Oeste-Nordeste, incorporando, destarte, uma região hoje inteiramente abandonada e cujo potencial se afigura formidável.

Mas o DNER também estuda a opção da BR-317, que considera menos onerosa financeiramente, embora seus benefícios para a integração nacional e o desenvolvimento regional amazônico se façam menores. Afinal, a ligação Rio Branco-Brasília-Assis Brasil, de 342 quilômetros, encontra-se praticamente implantada, restando apenas os últimos 30 quilômetros — isso em termos de implantação, porque o asfalto ainda é esperado em mais de 160 quilômetros.

Os números da BR-364, como se sabe, são muito mais exigentes: faltam praticamente 167 quilômetros de implantação total e 700 quilômetros de pavimentação em trechos já implantados.

Tudo isso vai ser considerado pelos empresários e pelos representantes dos governos do Brasil e do Peru, que, necessariamente, casarão seus interesses em torno do benefício comum a ambos os países: a implementação da Proposta BR-364 no Brasil, ligando Rio Branco a Boqueirão da Esperança, proporcionará a conexão com a malha peruana em Cerro de La Bandera, a 962 quilômetros do grande porto de Callao. Já a Proposta BR-317 representa o traçado Rio Branco-Brasília-Assis Brasil, conectando o sistema peruano em Iapari, distante 2.084 quilômetros do porto de Callao; existe, ainda, uma alternativa dentro do território daquele país, a partir de Abancay, que reduz essa extensão em 172 quilômetros.

Alternativas, como se vê, existem.

Intenções reafirmadas e solenemente declaradas, também existem com abundância, em particular nos últimos 15 anos, quando sucessivos tratados, acordos e documentos foram as-

sinados a nível de Presidentes brasileiros e peruanos. Existe ainda um terceiro país diretamente interessado, a Bolívia, cujo território seria atingido caso se optasse pela Proposta BR-317, na fronteira Brasileira-Cobija. Essa opção, aliás, envolveria também, diretamente, o Chile, cujo porto de Arica seria uma alternativa apreciável.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, não pretendo esgotar meu tempo recordando com V. Ex.^{as} essas informações e as necessidades que todos conhecemos, porque todas se voltam para o mais legítimo interesse nacional.

O importante, agora, é saudar a conscientização dos empresários nacionais para a questão amazônica em suas relações com os países do Pacífico, dentro das peculiaridades viárias do escoamento da produção e das riquezas nacionais.

O Seminário de Porto Velho, convocado pela Confederação Nacional da Indústria, tomará apenas um dia de trabalhos, mas seus resultados, sem dúvida alguma, serão fundamentais para que o País venha, enfim, a assumir seu lugar como grande potência do Século XXI.

A objetividade está implícita no programa oficial, que prevê apenas 60 minutos de discursos de apresentações, nos quais teremos os pronunciamentos do Presidente em exercício da CNI, Dr. Mário Amato, do Ministro da Infra-Estrutura, Engenheiro Ozires Silva, do Ministro dos Transportes do Peru, Engenheiro Jorge Gonzales, e do Governador anfitrião, Jerônimo Santana.

Logo a seguir começarão a ser desenvolvidos os temas programados, respectivamente: "O Desenvolvimento Regional da Amazônia a partir da Nova Rodovia", "Financiamento do Projeto e Participação do Setor Privado", e aquele que, hoje, é decisivo, "Diretrizes para a Definição do Projeto da Rodovia para o Pacífico", que tem como subtema a questão ecológica.

Este, aliás, é o mais novo obstáculo à ligação rodoviária com o Pacífico, porque, a partir da emoção que desconhece razões, tenta-se colocar o Brasil no banco dos réus, acusado de violentar a Natureza. Justamente quando se trata da proteção e da integração territorial, em seu contexto mais amplo.

Esse painel será presidido pelo vitorioso empresário Jor-

ge Wanderlau Tomás, Presidente da Federação das Indústrias do Estado do Acre. Entre os debatedores, o Secretário Nacional do Meio Ambiente, professor José Antônio Lutzenberger, que, recentemente, declarou-se radicalmente contra o asfaltamento da BR-364.

Acredito que a franqueza e o alto nível que se espera dessa reunião contribuam para modificar a posição do Secretário Lutzenberger, cientista mundialmente conceituado — e, como cientista, sabedor que que "verdades imutáveis" não resistem à apreciação, ao debate sereno e honesto. Porque a verdade oficial de hoje é a alternativa superada de amanhã, como a ciência não se cansa de mostrar, ao longo da História da Humanidade.

Concluo, Sr. Presidente, Srs. Senadores, manifestando minha confiança de que os empresários conscientes e os governos lucidamente democráticos do Brasil e Peru saberão encontrar a alternativa correta, em termos de traçado concreto, para que a ligação entre os oceanos Pacífico e Atlântico não seja um privilégio dos países norte e centro-americanos.

E que a preservação do meio ambiente, objetivo de todos nós, se faça em harmonia com o objetivo maior de desenvolver, de dar melhores condições de vida e de trabalho aos trabalhadores e suas famílias, construindo, assim, a verdadeira riqueza, baseada nas benesses que Deus nos propiciou.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Pompeu de Sousa) — Concedo a palavra ao nobre Senador Ney Maranhão.

O SR. NEY MARANHÃO — (PRN — PE. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Venho, neste instante, prestar minhas homenagens e minha solidariedade ao Kuwait, ao seu povo e a seu Príncipe, o Emir Xequê Jabir al-Ahmad al-Jabir as-Sabah, pelos sofrimentos e pelas provações por que passam neste momento.

O Presidente do Iraque, Saddam Hussein, há pouco mais de um mês, resolveu levar o pânico à paz e a distensão mundiais.

Após 45 anos da morte de um delirante ditador, Adolf Hitler, o mundo assiste aos mesmos estratagemas, à mesma programação guerreira do monstro

nazista abatido pelas forças da liberdade. Pretextando ter a Áustria pertencido ao Reich, anexou-a. Alegando ter que salvar alemães de outros países, invadiu e anexou a Tchecoslováquia, conquistou a Polônia. E o resto todo mundo sabe... É história recente.

Saddan Hussein está seguindo os passos e o mesmo programa do defunto ditador nazista. Afirmando ser fronteiras suas, invadiu o Irã, com quem lutou oito anos sem haver vencedor. Empataram. E as coisas continuaram iguais. Após dois anos, massacrado pela dívida da guerra que provocou, a pretexto de aumentar o preço de petróleo e de que o Kuwait sempre pertencera ao Iraque, invadiu aquele pequeno, rico e indefeso país, anexando-o. Não contente com isso, derrubou-lhe seu governo legítimo, que se refugiou no estrangeiro. E mais, que o Kuwait anexado jamais sairá de seus domínios. É fato consumado.

Sr. Presidente, minha voz é mais uma em meio a tantas que se levantam não só para dar solidariedade a um povo e a um governo como também para que se dê um basta ao sanguinário do Iraque. Que ele saia daquele país independente e democrata, e, assim fazendo, uma nova guerra com imprevisíveis conseqüências não faça eclodir.

A história do Kuwait, Sr. Presidente e Srs. Senadores, se perde na noite dos tempos. Já seiscentos anos antes de Cristo, os gregos visitavam a região, e trezentos anos antes de Cristo, os mesmos gregos se instalaram na Ilha de Failak, lá permanecendo por dois séculos. Em 1672, fundou-se a cidade do Kuwait e, em 1752, Sabah Bin Jabir tornou-se o primeiro membro da dinastia al-Sabah a governar o Kuwait. Em 1886, sob o reino de xeque Abdalla Al-Sabah II, cunhou-se a primeira moeda kuwaitiana. Em 1930, funda-se a Municipalidade do Kuwait. Em 1º de abril de 1961, a moeda kuwaitiana - dinar - torna-se a moeda oficial. Em 20 de julho de 1961, aderiu à Liga dos Estados Árabes. Em 20 de outubro de 1962, é eleita uma Assembleia Constituinte para dar ao país uma Constituição, que é ratificada pelo Emir Xeque Abdallah as-Salim as-Sabah em 11 de novembro de 1962. Em 14 de maio de 1963, filia-se à Organização das Nações Unidas.

O Sr. Afonso Sancho - Nobre Senador Ney Maranhão, V. Ex^a me concede um aparte?

O SR. NEY MARANHÃO - Com todo o prazer, nobre Senador.

O Sr. Afonso Sancho - V. Ex^a está abordando assunto que não deixa de ser delicado, porque envolve interesses internacionais. Mas entendo que um ditador, como o Sr. Saddam Hussein, que é uma imagem de Hitler, não deveria nunca ser tolerado; ele experimentou o Mundo Ocidental e, por que não dizer, todo o Mundo, quando impôs uma reunião da Opep para aumentar o preço de petróleo de 16 para 22 dólares o barril. Infelizmente, cederam, porque os interesses maiores falaram. E ele não se contentou. Passou a acusar o seu vizinho, com a alegativa de que aquele pequeno país já havia pertencido ao Iraque. Ora, se formos fazer um retrospecto na história para descobrir qual país foi de qual país, o Mundo ficaria muito reduzido. No Brasil, por exemplo, poderíamos anexar o Uruguai - a República Cisplatina. Poderíamos fazer uma série de modificações, poderíamos ir em busca do Tratado de Tordesilhas. São alegativas ridículas, profundamente ridículas. Esse ditador experimentou o Mundo com o aumento do preço do petróleo e o Mundo cedeu. Fazendo uma comparação grosseira, o que está acontecendo no Iraque é semelhante à invasão da Áustria por Hitler, e o Mundo ficou de braços cruzados. Ele, então, fez a segunda tentativa, nem digo o Corredor de Dantzig; mas foi a invasão e anexação da Polônia por Hitler. Então, sem querer demonstrar simpatia por qualquer lado, dizer que o Mundo Ocidental agiu com muita firmeza - aquilo que ele não esperava - foi mandar forças suficientes para enfrentar, aí já na outra invasão, a Arábia Saudita. E o que seria do Mundo com um ditador como o daquele País, que diz que não conhece duas línguas, que não lê jornal, que não se está preocupando com nada, como ainda ontem noticiou a imprensa, com o poder de dizer se o petróleo valia 50, 100, 200, 300 ou o preço que ele desejava, e os barris que ele quisesse extrair. Então, estaríamos numa situação muito difícil, profundamente difícil. Congratulo-me com V. Ex^a, o assunto ainda não tinha sido aqui tratado, por nenhum Senador, com esses números que V. Ex^a está apresentando. Muito oportuno se diga aos ditadores, seja de que tipo for - da direita, esquerda, centro, qualquer um -, que o regime é o democrático. E cada qual se comporte dentro das suas fronteiras, sem exigir do seu vizinho aquilo a que não tem direito. Sabemos que ele, na sua ganância de tomar um pedaço do Irã, invadiu aquele país, travou uma guerra das

mais sangrentas, usou gases contra os curdos, porque os curdos tinham simpatia pelo Irã; matou milhares de pessoas. Então, esse ditador estava um pouco solto no mundo e precisava de um paradeiro. Depois disso, estranhamente, o que faz o mesmo cidadão que invadiu um país vizinho? Faz uma paz intempestiva, cedendo tudo aquilo que, com muito suor, sangue e morte, conseguiu. É um ditador mesmo, como o foi Hitler, que fez um acordo com a União Soviética para dividir o Mundo em 1939, naturalmente, iria seguir esse mesmo rumo, fazendo acordos aqui e acolá, para poder chegar ao ponto final. A União Soviética errou, aceitou aquele acordo e, depois, quando se sentiu forte, Hitler se jogou contra ela. Nobre Senador, V. Ex^a está fazendo um pronunciamento muito significativo, muito judicioso, e tem o meu apoio, porque sou contra a ditadura até em sonho.

O SR. NEY MARANHÃO - Senador Afonso Sancho, agradeço a V. Ex^a o aparte que engrandece esta solidariedade a um País indefeso como o Kuwait. Interpretado, desta maneira, o resumo que V. Ex^a fez, no aparte ao meu pronunciamento; para nós, a pior democracia é sempre melhor do que a maior ou mais perfeita ditadura.

Sr. Presidente.

No século, o Kuwait era chamado "qurin". Este significa "colina elevada", e Kuwait significa "castelo forte ou fortaleza". Este momento trágico de sua vida está honrando a origem de seu nome. Cidadela Forte, não está inerente à injustiça e brutal Agressão do Iraque. Muito maior e muito mais forte militar do que ele. A resistência ao invasor está lá, no coração da cidade, lutando pela independência e liberdade de seu País.

O Kuwait está a nordeste do Golfo Pérsico, limitando-se ao norte e ao Oeste com o Iraque, e, ao sul e sudeste, com a Arábia Saudita.

Conheceu o seu grande desenvolvimento econômico em fins dos anos de mil novecentos e quarenta. Tal desenvolvimento repercutiu diretamente no modo de vida de seu povo, fazendo surgir novas necessidades. Daí um novo modelo de desenvolvimento urbano, graças ao número crescente de imigrantes, reformulando as estruturas da cidade antiga, repleta de ruas e "sakiks". Hoje, é uma cidade moderna com grandes avenidas e amplas ruas, com casas residenciais de grande luxo.

"O Kuwait é um Estado árabe independente e plenamente soberano, de regime democrático. O povo origem de todos os poderes, detém a soberania" — assim reza a Constituição kuwaitiana.

Pois, Sr. Presidente, esse país árabe, independente, soberano e democrático que foi invadido ocupado pelo Iraque, país árabe que vive e sob o tacão da ditadura de Saddam Hussein, que para justificar o injustificável ato de demência e de opressão apela para o fanatismo islâmico, julgado assim ficar com a consciência tranqüila, ante seu gesto de hediondez.

Sr. Presidente, o Kuwait se vê na contingência de se defender porque foi atacado brutal e covardemente. Atacar nunca poderia fazê-lo porque sua Constituição lhe proíbe "a guerra ofensiva". No entanto, "a defesa da pátria, a preservação de sua independência, de sua soberania e do seu solo são um dever sagrado que cada cidadão deve assumir".

O Sr. Jutahy Magalhães —
Permite V. Ex.^a um aparte?

O SR. NEY MARANHÃO — Com muito prazer, nobre Senador Jutahy Magalhães.

O Sr. Jutahy Magalhães — V. Ex.^a traz ao Plenário assunto que faz, hoje, parte do dia-a-dia mundial: são 44 dias de crise no Golfo Pérsico. V. Ex.^a faz uma análise da situação política de diversos países e, principalmente, uma manifestação a respeito do que representa a ação de um ditador, o perigo que representa para o mundo como um todo. Mas, gostaria de abordar um outro aspecto, que é o que diz respeito diretamente ao Brasil. A crise trouxe a debate, no País, a questão do nosso relacionamento com o Iraque, que não vem deste governo e, sim, de muitos anos. Ontem, tive oportunidade de fazer uma série de requerimentos aos diversos Ministérios — da Aeronáutica, do Exército, das Relações Exteriores, da Economia, da Infra Estrutura e Secretaria-Geral da Presidência — para que nos trouxessem informações para que o Senado pudesse, tendo conhecimento exato da situação, fazer um análise do envolvimento comercial do Brasil com o Iraque. O que nós não devemos fazer é discutir apenas baseados em informações de jornais, em situações desse nível; devemos ter informações oficiais para formar a idéia do que isso representa, porque, terminada a crise do Golfo Pérsico — espero que não dure — teremos que

retomar ou não essas negociações. Precisamos saber se isso interessa ao nosso País, ou se nosso País não se envolveu num acordo comercial que tenha mais interesse de alguns do que o Brasil. Por isso gostaria de aproveitar o pronunciamento de V. Ex.^a que vem tratando da crise como um todo, dos problemas que poderá criar, se durar muito para a economia mundial, principalmente para a economia do mundo ocidental. Então, veja V. Ex.^a, como devemos temer as ditaduras, porque a vontade de uma só pessoa pode levar o mundo a ter grandes dificuldades para enfrentar os problemas. Quero aproveitar V. Ex.^a na tribuna, como Vice-Líder do Governo, para pedir que leve um apelo aos Ministros, aos quais fiz indagações no sentido de que remetam o mais urgente possível, as informações e o Senado tome conhecimento da realidade nacional. E se houver alguma informação sigilosa, basta que seja colocada no envelope a expressão "informação sigilosa", que saberemos respeitar. Agradeço se V. Ex.^a puder fazer esse obséquio, não a mim, mas ao Senado.

O SR. NEY MARANHÃO — Senador Jutahy Magalhães, em primeiro lugar, como Líder do Governo, em exercício solidarizo-me com V. Ex.^a pelo oportuno requerimento de informações com respeito a este assunto, que interessa a todo o País.

V. Ex.^a é Senador de oposição, mas faz uma oposição construtiva, que todos reconhecemos, e lhe fazemos justiça por isso. Solidarizo-me com V. Ex.^a, assim como a Casa toda, porque o Senado da República é o poder moderador; de acordo com a Constituição, temos uma importância fundamental na política externa do Brasil.

V. Ex.^a fez muito bem em não tomar uma posição, sem primeiro saber o que realmente está acontecendo com relação à política comercial entre o Brasil e o Iraque, apesar da situação internacional em que nos encontramos.

Como Líder, em exercício do Governo, parabeno V. Ex.^a e farei o possível para fazer chegar às suas mãos essas informações tão importantes e para que nós do Senado, tomemos conhecimento do que realmente se passa nas relações comerciais entre Brasil e Iraque. Agradeço a V. Ex.^a pelo aparte.

O Sr. Francisco Rollemberg —
Permite-me V. Ex.^a um aparte, Senador?

O SR. NEY MARANHÃO — Com muito prazer nobre Senador Francisco Rollemberg.

O Sr. Francisco Rollemberg — Senador Ney Maranhão, na semana que passou, ocupei a tribuna desta Casa para defender a reativação do Proálcool, pela preocupação que deveríamos ter na execução do projeto de uma matriz energética para o País, para que pudéssemos de certa forma nos liberar, até quanto fosse possível da dependência do petróleo dos países do Golfo Pérsico. Sabe V. Ex.^a que o mundo foi muito dividido explorado e colonizado, e, depois dentro daquela técnica inglesa de dividir para governar. Ele foi triturado e a grande Nação árabe de então se transformou em 22 nações quando Saddam Hussein, esse ditador vidente o Tratado de Tordesilhas e os inúmeros tratados e despreparado, ocupou o Kuwait, uma das grandes lideranças intelectuais árabes declarava o seguinte: — É muito importante isso que ocorreu. Porque, se nós somos 22, agora somos 21. Vamos tentar conseguir aquilo que é o pan-arabismo, a unidade do povo árabe, que foi tentado por Nasser, quando criou a RAU — Repúblicas Árabes Unidas, que depois, não funcionou, não deu certo, foi a dissolvida. Mas, veja V. Ex.^a, esse espírito do pan-arabismo, que não vai acabar, e que o Ocidente não vai poder destruir a grande Nação árabe, nos coloca a todos numa dependência muito grande daqueles povos. Daí por que saúdo V. Ex.^a pelo discurso que faz, quando defende a democracia, a estabilidade e a segurança das fronteiras dos diversos países. Mas, acredito que devemos ficar atentos as peculiaridades de cada região de ordem. Inclusive, psicológica, diversas das do Ocidente, para as quais nós somos totalmente impotentes. O Brasil, como o resto do mundo, deve procurar encontrar solução endógena para a solução dos seus problemas energéticos e procurar, através da diplomacia e não da guerra, a solução dos problemas mundiais. Porque, no século em que vivemos, neste final de Século XX não acreditamos possam ocorrer guerras de conquista, nem que se modifiquem os limites já estabelecidos nas fronteiras entre os diversos países. V. Ex.^a diz muito bem; se fôssemos alegar dados históricos deveríamos rever que se fizeram e configuraram as fronteiras europeias. Para isso, basta lembrar uma seqüência das diversas fases do que foi a Alemanha: foi grande, encolheu-se, dividiu-se, ganhou a Polônia, perdeu a Polônia; a Polónia perdeu o seu

território para a Rússia; a Rússia avançou na Finlândia, enfim um Deus nos acuda". Mas essas fronteiras, feliz ou infelizmente estão consolidadas. Precisariamos, então, de uma grande guerra universal para o restabelecimento de fronteiras hoje consolidadas, cuja modificação maior já não interessa aos povos. Agora, o problema do pan-arabismo transcende a estas divagações que estamos fazendo agora. Essa solução há de ser encontrada dentro do próprio mundo árabe. Temos que, o quanto antes, cuidar de nossa matriz energética patrocinando o entendimento diplomático entre os povos e banir em definitivo, a idéia da guerra. Parabéns pelo pronunciamento de V. Ex^a.

O SR. NEY MARANHÃO Agradeço a V. Ex^a o oportuno aparte, quando chama a atenção das opções que o Brasil tem, isto tem que ser feito a longo prazo. V. Ex^a sabe que nesse problema energético do Proálcool, antes de eclodir a grave crise no Golfo Pérsico, a posição do Governo era completamente diferente da atual — mudou 180 graus. Acredito que todos nos preocupamos com o assunto, de fundamental importância para o desenvolvimento do País. Graças a Deus, temos o clima de todas as nações onde o projeto energético do Brasil, o Proálcool, tem de sair vitorioso, pela capacidade do Brasil, do brasileiro, especialmente pela nossa conscientização em ficarmos completamente independentes nessa área.

V. Ex^a muito bem falou que essa solução, ao final, tem que ser dada pelos árabes devido à sua formação religiosa, aos seus costumes. V. Ex^a vê, por exemplo, como a imprensa está falando do estacionamento das forças americanas e dos países das Nações Unidas no Golfo Pérsico, as dificuldades de se manterem justamente nessa óptica de V. Ex^a.

O Sr. Francisco Rollemberg — Permite-me V. Ex^a lembrar só um fato: quando da divisão do mundo árabe, o Tratado de Balfour, profunha-se à criação de Estado palestino e um Estado judeu. Foi criado um estado judeu, com 14 mil quilômetros quadrados, o Estado palestino nunca foi criado, e o Estado judeu, em consequência disto, partiu para uma série de guerras de defesa, depois de conquista e os seus 14 mil quilômetros iniciais já ultrapassam, hoje 90 mil quilômetros e o Estado palestino foi nunca criado. Agora querem considerar a Jordânia, que não era um estado palestino mas recebeu um número

no muito grande de palestinos em fuga, como um estado palestino e, portanto não se justifica mais criar, por exemplo um Estado palestino na faixa de Gaza. Em suma, é muito difícil um entendimento histórico e político daquela região. De certa forma os ingleses presentearam o mundo com esta balbúrdia que é, hoje o mundo árabe.

O SR. NEY MARANHÃO — Governar para dirigir.

O Sr. Francisco Rollemberg — Essa divisão, o não cumprimento de tratados, a criação de fronteiras artificiais geraram todo o problema e não sabemos como resolver. Por isto que digo: vamos banir da nossa mente as idéias de guerra, as idéias bélicas; partamos para uma diplomacia que possa consolidar e ajudar o árabe a encontrar o seu próprio destino e possamos conviver com eles, dependentes que somos do seu petróleo.

Surpreendido pela invasão da Ditadura do Presidente do Iraque, tornou-se Kuwait um pequeno país prostrado, que, no entanto, já começa a reagir com suas próprias forças, através de seus jovens, segundo as notícias internacionais.

Sr. Presidente, a economia do Kuwait está centralizada, acima de tudo, no petróleo e sua indústria. Nele estão 80% da renda Nacional, quer a nível do estado quanto dos indivíduos que vivem na dependência direta ou indiretamente do seu desempenho. País riquíssimo em ouro negro. Daí seu enorme desenvolvimento, sua grande riqueza e o bem-estar de seu povo. O petróleo motivou a invasão do Iraque, que está com sua economia destruída, enormemente endividada pela guerra contra o Irã. Como na fábula do lobo e do cordeiro, caiu vorazmente sobre sua vítima pequena, rica e indefesa, para não lhe pagar o que deve e apossar-se do seu petróleo abundante.

Outro argumento solerte, Sr. Presidente, que o Ditador do Iraque usou, para justificar sua invasão, é que o Kuwait pertencia ao território do Iraque. Não é verdade, Sr. Presidente. Nunca foi tão diferente a história dos dois países; o Kuwait nunca sofreu qualquer ocupação desde sua fundação em 1630. O povo escolhia seus Governantes e a família Al-Sabah governa o País desde o idos de 1752.

Havia um tratado de proteção entre a Inglaterra e o Kuwait, desde a 1ª Guerra Mundial, tratado que foi terminado em

1961. Foi na época desse tratado que o ex-Ditador Iraquiano Abdul-Karin Qassim quis ocupar Militarmente o Kuwait, mas a liga dos Estados Árabes, a Inglaterra e o povo Kuwaitiano defenderam sua independência. Por causa disso o Ditador Qassim foi assassinado e seu regime derrubado pelos oficiais Iraquianos livres. Em 4 de outubro de 1963, o Ministro das Relações Exteriores do Iraque enviou carta ao Secretário-Geral da ONU comunicando-lhe oficialmente que o Iraque reconhecia a independência e a soberania do pequeno Kuwait nesse ano. Iraque e Kuwait firmaram acordo no qual o primeiro reconhecia as fronteiras com o segundo, como determinado no acordo de 1932.

Sr. Presidente, o que está acontecendo na Região do Golfo Pérsico, é o desrespeito do Ditador Iraquiano, aliás, de qualquer Ditador de todos os tempos, aos acordos e tratados, contanto que os seus instintos sejam saciados.

Sr. Presidente, o Kuwait, não está sozinho pela primeira vez as Nações Unidas foram na condenação da Fera do Iraque. Dcretou bloqueio econômico àquele País e forças militares dos Países que compõem a Onu estão a postos para qualquer eventualidade. O que importa é que o Ditador do Iraque não fique impune. O Brasil também acompanhou as Nações Unidas e fez valer sua determinação para que a soberania de um País não seja o mundo Árabe todo deu-lhe a mão, apesar da propaganda histórica do energético de Bagdá.

Sr. Presidente, os acontecimentos estão aí. Todos acompanham o sofrimento do Kuwait e as maquinações desalmadas da tirania do homem do Iraque. Oxalá o fim de todo esse sofrimento esteja próximo. Tomara que tenha um fim diplomático, evitando inúteis sacrifícios de vida, embora Ditador nenhum respeite a vida de alguém.

Sr. Presidente, aqui nossa solidariedade ao Kuwait, a seu povo bom, hospitaleiro, pacífico e próspero. Que as sombrias ameaças que pairam sobre esse povo desapareçam para não se deter sua caminhada de progresso e de desenvolvimento.

Nossa solidariedade, Sr. Presidente, a sua Alteza o Emir Sheik Jaber Al-Armaad Al-Jaber, Al-Sabah fazendo votos de que não retarde sua volta ao País, para continuar seu governando seu povo com inteligência e imaginação, como tem feito até

agora, e Kuwait continue sendo, no mundo Árabe e no concerto das Nações, um remanso de progresso, de democracia e de desenvolvimento integral.

Tenho dito, Sr. Presidente. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Pompeu de Sousa) — Concedo a palavra ao nobre Senador Carlos Patrocínio.

O SR. CARLOS PATROCÍNIO — Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores,

Aproveito esta sessão matutina do Senado Federal para, mais uma vez, trazer assunto que reputo de extrema importância: os aumentos constantes das mensalidades escolares.

Observo que, mesmo antes de expirar o prazo da Medida Provisória nº 207, ontem, os proprietários de escolas particulares do Distrito Federal e de várias outras partes do País reuniram-se e, de maneira totalmente arbitrária, resolveram aumentar em mais de 96% as mensalidades escolares. Isso, em plena vigência da Medida Provisória nº 207, que preconiza para o estabelecimento livre negociação de parâmetros de mensalidades escolares. E o mais grave, Sr. Presidente e Srs. Senadores, é que se alega que o aumento de mais de 96% foi também concedido aos professores. A folha de pagamento com os professores e o pessoal de ensino não chega a 30 ou 40%, no máximo, dos gastos totais das escolas. Mas sempre os proprietários de escolas asseguram, asseveram que os gastos com o pessoal de ensino e professores chegam a 70%. E quando se aumentam as cifras desse tipo, 96% para os professores, repassam integralmente para as mensalidades escolares.

Gostaria de protestar, mais uma vez, e conclamar as autoridades do País — porque sabemos também que, de acordo com o nosso pensamento, estão o Ministro Carlos Chiarelli, o Delegado Romeu Tuma e o próprio Presidente da República — e conclamar também os pais de alunos para que esperem uma nova redação dessa Medida Provisória nº 207 ou de outra, e não paguem as mensalidades dos seus filhos. Porque se estivermos sempre acatando essas decisões arbitrárias, com medo, talvez, de retaliações aos nossos filhos, estaremos colaborando para que o cartel do ensino privado consiga sempre o seu desiderato.

Portanto, registro o protesto e apelo para o Ministro da Educação e para as demais autoridades competentes, para que, dentro do mais rápido possível, se estabeleçam os critérios justos para a majoração das mensalidades escolares.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. Muito obrigado. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Pompeu de Sousa) — Concedo a palavra ao nobre Senador Lourival Baptista.

O SR. LOURIVAL BAPTISTA (PFL — SE) — Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores em conciso pronunciamento ontem proferido, evoquei a singular personalidade e o excepcional desempenho do professor José Silveira que, aos 85 anos de idade, lúcido, sereno e modesto, recebeu em Salvador uma consagrada homenagem, por ocasião das comemorações do Dia Nacional de Combate ao Fumo, transcorrido no dia 29 de agosto passado.

Ao enaltecer as atividades antitabágicas desse infatigável pesquisador e médico baiano, desde 1977, destaquei como iniciativa pioneira a realização do I Seminário Nacional de Combate ao Fumo, por ele promovido em 1979, cujos resultados foram condensados na Carta de Salvador, de março de 1979.

Efetivamente, as diretrizes norteadoras da mobilização nacional contra o tabagismo foram delineadas nesse histórico documento, pelos médicos, cientistas, professores e técnicos então reunidos, em Salvador. A Associação Médica Brasileira (AMB) aprovou as recomendações e providências sugeridas pela Carta de Salvador.

Hoje parece-me justo assinalar os esforços e as contribuições pioneiras de outra personalidade de valor exponencial, que em São Paulo desenvolveu, com rara eficiência, intensas atividades de combate ao vício de fumar, visando erradicar no Brasil o flagelo da epidemia tabágica.

Refiro-me ao professor José Rosemberg, Titular de Fisiologia e Doenças Pulmonares da Faculdade de Medicina da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) e Membro Técnico do Grupo Assessor para Controle do Tabagismo no Brasil, do Ministério da Saúde.

Depois da publicação, em 1981, do livro "Tabagismo: Sério Problema de Saúde

Pública", o professor José Rosemberg emergiu, em São Paulo, como uma excepcional expressão cultural, científica e técnica.

Pesquisador e cientista de invulgar talento, o professor José Rosemberg desencadeou, desde então, através de sucessivas conferências em diversas universidades, hospitais e laboratórios do País, um processo irreversível de eliminação da epidemia tabágica, projetando-se no plano continental, pelo valor incontestável das pesquisas e trabalhos técnico-científicos que asseguram, a curto prazo, o êxito integral do combate ao fumo e do controle do tabagismo no Brasil.

Seria demasiado longo enumerar os trabalhos divulgados do professor José Rosemberg em revistas especializadas, alguns dos quais requeri a incorporação ao texto de vários pronunciamentos que proferi sobre o tabagismo e constam nos Anais do Senado Federal.

Atualmente o professor José Rosemberg prossegue na execução e divulgação dos resultados de suas investigações e trabalhos científicos, conscientizando governos, instituições, autoridades e a opinião pública, em geral, para o fato insofismável de que o tabagismo, conforme advertiu a Organização Mundial de Saúde (OMS), "é a maior causa isolada e evitável de doenças e morte no mundo ocidental, estimando-se que o flagelo tabágico é responsável por 1 milhão e meio de óbitos prematuros, anualmente, em todo o mundo".

Nos Estados Unidos da América ocorrem 300 mil mortes anuais para 54 milhões de fumantes; na Inglaterra são registrados 100 mil mortes para 28 milhões de tabagistas.

No Brasil, com cerca de 36 milhões de fumantes, o número de óbitos comprovados, foi calculado em cerca de 100 mil mortes por ano provocadas pelo tabagismo.

São estas as considerações que me pareceram oportunas, à margem das homenagens tributadas aos eminentes pioneiros da mobilização nacional contra o tabagismo, no Dia Nacional de Combate ao Fumo, a 29 de agosto passado — isto é, os professores José Silveira, na Bahia e José Rosemberg, em São Paulo.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem! Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Pompeu de Sousa) — Concedo a palavra ao nobre Senador Odacir Soares.

O SR. ODACIR SOARES (PFL — RO. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

A atividade garimpeira, sempre presente no decorrer de nossa História, expandiu-se, contudo, a ritmo verdadeiramente impressionante, nos últimos vinte anos. Não dispomos de estatísticas precisas. É certo, contudo, que boa parte do ouro, da cassiterita e dos demais minerais garimpáveis produzidos no País deve-se, hoje, ao esforço dos — segundo alguns — quinhentos mil trabalhadores garimpeiros espalhados pelo Território Nacional.

Lamentavelmente, porém, a lei não acompanhou, com a rapidez necessária, as mudanças da realidade. Não assegurou, da maneira que deveria, os direitos do trabalhador garimpeiro. Não lhe forneceu condições mínimas de organização que possibilitasse produção mais eficiente, menos predadora de homens e do meio ambiente. Não forneceu as diretrizes necessárias a um processo ordenado de expansão da garimpagem.

O resultado, Srs. Senadores, é o que vemos hoje: um contingente enorme de trabalhadores em condições de vida e trabalho extremamente difíceis, a incapacidade de esse contingente reter, na sua maioria, parcela pequena que seja do valor que produz; a degradação da saúde do garimpeiro e do meio ambiente; a expansão desordenada para toda área que apresente traço de minério. A omissão ou inadequação da lei quanto a critérios definidores de áreas distintas de exploração, vêm provocando o conflito constante, muitas vezes sangrento, entre empresas mineradoras, populações rurais, índios e garimpeiros. Estamos hoje, no País, sem dúvida alguma frente a uma verdadeira questão garimpeira, que aflorou à opinião pública a partir da divulgação das imagens dramáticas de Serra Pelada.

Essa situação encontrou, como não poderia deixar de ser, ressonância nos debates da Assembleia Nacional Constituinte. Os dispositivos constitucionais referentes a cooperativas de garimpeiros — §§ 3º e 4º do art. 174 — contêm as três diretrizes necessárias à resolução da questão garimpeira:

1 — a atividade garimpeira deve processar-se de ma-

neira associativa, sob a forma de cooperativas;

2 — a atividade garimpeira dar-se-á em áreas previamente definidas para esse fim; e

3 — na exploração dessas áreas, bem como na daquelas já por elas ocupadas, cabe prioridade às cooperativas de garimpeiros.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, a intenção do projeto de lei que venho de apresentar não é outra que regulamentar esses mandamentos constitucionais. Proponho, para tanto, uma definição de garimpeiros que abranja somente aqueles que exploram individualmente, em regime de economia familiar, ou coletivamente organizados em sociedades cooperativas, bens minerais garimpáveis.

Proponho, também, em consequência, uma definição de cooperativa de garimpeiros de primeiro e segundo nível, singular e central, que inclua o número mínimo de sócios fundadores e os procedimentos necessários à fundação e ao registro no DNPM.

Com o intuito de operacionalizar o direito de prioridade garantido na Constituição, o projeto obriga, também, a divulgação prévia, por parte do DNPM, dos requerimentos de áreas para pesquisa e lavra, de modo que cooperativas que porventura nelas já operem tenham condições de sustar o processo de concessão.

Finalmente, é determinada a delimitação, por parte do DNPM, de reservas garimpeiras, de exploração exclusiva dos garimpeiros e suas cooperativas. Restringir-se-á, assim, por um lado a garimpagem as regiões ecológica e socialmente aptas para a atividade, evitando-se, além disso, os conflitos com outros grupos que postulem a exploração da mesma região.

Considero que, desta forma, o projeto atende aos interesses legítimos dos garimpeiros e previne conflitos futuros. Espero, por conseguinte, possa contar, no momento oportuno, com o apoio de meus ilustres Pares.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

COMPARECEM MAIS OS SRS. SENADORES:

Carlos Patrocínio — Chagas Rodrigues — Humberto Lucena — Ney Maranhão — Mansueto de Lavor — Lourival Baptista —

Mata-Machado — Mendes Canale — Alberto Hoffmann.

O SR. PRESIDENTE (Pompeu de Sousa) — Sobre a mesa, expediente que será lido pelo Sr. 1º Secretário.

É lido o seguinte

**PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 166, DE 1990**

Regulamenta o art. 174, §§ 3º e 4º da Constituição.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Considera-se garimpeiro, para os efeitos desta lei, todo trabalhador que produz, individualmente, em regime de economia ou em sociedades cooperativas bens minerais garimpáveis.

§ 1º São considerados bens minerais garimpáveis o ouro, o diamante, a cassiterita, a colúmbita, a tantalita e a wolframita, nas formas aluvionar e coluvial, a sheelita, as demais gemas, o rutilos, o quartzo, o berilos, a muscovita, espudumênio, lepidolita, o feldspato, a mica e outros a critério do Departamento Nacional de Produção Mineral — DNPM.

2º O DNPM, expedirá, mediante solicitação do interessado, carteira de garimpeiro, identificação válida em todo o território nacional, necessária para a posse, transporte e comercialização de bem mineral nas áreas de garimpagem.

Art. 2º É cooperativa de garimpeiros a sociedade civil de pessoas, sem fins lucrativos, de forma jurídica definida em lei, não sujeita à falência, constituída para a extração, beneficiamento e comercialização em comum de bens minerais garimpáveis.

Art. 3º As cooperativas singulares de garimpeiros são constituídas por, no mínimo, 7 (sete) garimpeiros.

Art. 4º As cooperativas singulares de garimpeiros poderão constituir centrais, federações ou confederações de cooperativas, associando-se a sociedades congêneres, com os mesmos ou diferentes objetos, na forma da lei.

Art. 5º As cooperativas de garimpeiros constituem-se por deliberação da Assembleia Geral dos Fundadores, constante da respectiva ata ou de escritura pública.

§ 1º Em 30 (trinta) dias contados da data de constituição

a cooperativa de garimpeiros levará o ato constitutivo e os estatutos ao órgão estadual, ou do Distrito Federal, de representação do sistema cooperativo que se pronunciará sobre sua compatibilidade com a legislação.

§ 2ª Declarada a compatibilidade, a cooperativa de garimpeiros apresentará o ato constitutivo e os estatutos à Junta Comercial para arquivamento e publicidade, a partir da qual a cooperativa adquirirá personalidade jurídica.

§ 3ª A cooperativa de garimpeiros registrar-se-á, mediante envio de cópia do ato constitutivo e dos estatutos, no DNPM.

Art. 6ª Aplica-se às cooperativas de garimpeiros a legislação sobre sociedades cooperativas.

Art. 7ª As cooperativas de garimpeiros têm prioridade na autorização ou concessão para pesquisa e lavra dos recursos e jazidas de minerais garimpáveis, nas áreas consideradas livres, em que se encontram.

Art. 8ª O DNPM publicará, no Diário Oficial da União, com a antecedência necessária, edital com a descrição das áreas requeridas para autorização ou concessão de pesquisa e lavra, definindo prazo para que as cooperativas de garimpeiros já presentes nessas áreas reivindiquem, mediante prova de sua permanência, o direito de prioridade.

Art. 9ª O DNPM delimitará áreas, denominadas reservas garimpeiras, para exploração exclusiva de garimpeiros individuais e suas cooperativas.

Art. 10. O Poder Executivo regulamentará esta lei.

Art. 11. Revogam-se as disposições em contrário.

Justificação

É conhecido o fato de a atividade garimpeira ter-se expandido vertiginosamente, no país, nas últimas duas décadas. Hoje o garimpo responde por parte significativa da produção de ouro, cassiterita e demais minerais garimpáveis, além de empregar uma massa significativa de trabalhadores, estimada por alguns em quinhentos mil homens.

Pode-se dizer, lamentavelmente, que a legislação não acompanhou, nesse caso, as mudanças que se processaram na realidade. As normas referentes a atividade garimpeira, revelaram-se, inúmeras vezes omissas, quando não inadequadas, face a nova situação. Como resultado, temos, hoje, de um lado, um contingente numeroso de trabalhadores, a maioria suportando condições difíceis de vida e trabalho, insuficientemente amparado na lei. De outro lado, toda uma gama de interesses, de graus de legitimidade diversas — populações indígenas, produtores rurais, empresas de mineração — atingidos pela expansão desordenada do garimpo.

Tornava-se cada vez mais premente, portanto, a intervenção da lei, tanto para assegurar os direitos dos trabalhadores garimpeiros quanto para traçar as diretrizes que permitissem arbitrar as áreas possíveis de expansão garimpeira e aquelas nas quais essa expansão fosse vedada. A Constituição Federal deu um primeiro passo nesse sentido ao dispor, em seu art. 174, §§ 3ª e 4ª que o Estado favorecerá a organização da atividade garimpeira em cooperativas e ao assegurar-lhes a prioridade na autorização ou concessão para pesquisa e lavra dos recursos e jazidas de minerais garimpáveis, nas áreas em que já se encontram atuando e em novas áreas, delimitadas para essa finalidade.

O presente projeto de lei tem por objetivo regulamentar estes dispositivos constitucionais. Define para tanto a figura do garimpeiro e a da cooperativa que os reúne, de primeiro e segundo grau estipula, além disso, as medidas necessárias a sua fundação e registro do DNPM. Estabelece, finalmente, o mecanismo que permitirá a cooperativa fazer valer em direito, garantido constitucionalmente, de prioridade: a possibilidade de demonstrar, junto ao DNPM, sua presença anterior em área objeto de requerimento por outrem. Estabelece, finalmente, a criação, por parte do DNPM, de áreas de exploração exclusiva de garimpeiros e suas cooperativas.

Tenho a convicção de que, dessa forma, a propositura atende às necessidades dos garimpeiros e permite estabelecer um sistema de delimitação de áreas de exploração que evite conflitos futuros.

Sala das Sessões, 14 de setembro de 1990. — Se nador
Odacir Soares.

(À Comissão de Assuntos Sociais — decisão terminativa.)

O SR. PRESIDENTE (Pompeu de Sousa) — O projeto lido será encaminhado à Comissão competente. (Pausa.)

Nos termos do art. 174 do Regimento Interno, foi dispensado o período da Ordem do Dia da presente sessão.

Nada mais havendo que tratar, vou encerrar a sessão, ficando igualmente dispensado o período destinado à Ordem do Dia da sessão de segunda-feira próxima, nos termos do art. 174 do Regimento Interno.

Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 11 horas e 15 minutos.)